



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA EM SAÚDE - ICICT/FIOCRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E SAÚDE - PPGICS

Liandro da Cruz Lindner

QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA:

**Conceitos, percepções e representações de Saúde e Doença na Mídia: o
Caso da Tuberculose.**

Rio de Janeiro

2011

Liandro da Cruz Lindner

QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA:

**Conceitos, percepções e representações de Saúde e Doença na Mídia: o
Caso da Tuberculose.**

Dissertação de Mestrado apresentada à Fundação
Oswaldo Cruz, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Informação e
Comunicação em Saúde, para obtenção do título
de Mestre em Ciências.

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - BRASIL

2011

LIANDRO DA CRUZ LINDNER

QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA:

Conceitos, percepções e representações de Saúde e Doença na Mídia: o Caso da Tuberculose.

Dissertação de Mestrado apresentada à Fundação Oswaldo Cruz, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

AROVADA: 30 de agosto de 2011.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Kátia Lerner- Iicict / Fiocruz

Profa. Dra. Anete Trajman– Universidade Gama Filho

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro – Uerj / Iicict / Fiocruz - Orientadora

Profa. Dra. Inesita Soares Araújo- suplente

Dr. Flávio Edler- IOC/Fiocruz - suplente

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

L747

Lindner, Liandro da Cruz.

QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA: conceitos, percepções e representações de saúde e doença na mídia: caso da tuberculose. / Liandro da Cruz Lindner. – Rio de Janeiro, 2011.
xvi, 129 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica, Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde, 2011.

Bibliografia: f. 99-104

1. Tuberculose. 2. Comunicação. 3. Mídia. 4. Jornal. 5. Saúde. 6. Doença. I. Título.

CDD 616.995

*Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.*

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.

- Trinta e três . . . trinta e três . . . trinta e três . . .

- Respire.

.....
- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?

- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.

Pneumotórax - Manuel Bandeira

Para Akio, com quem dividi sonhos e alegrias
e cuja presença em minha vida mudou o seu rumo e me fez melhor.

AGRADECIMENTOS

A alegria desta etapa vencida jamais seria possível sem o apoio, o incentivo, a amizade e o carinho de tantas pessoas que me acompanharam nesta trajetória. Cada um, ao seu jeito e com suas peculiaridades, contribuiu não apenas para o desenvolvimento de uma ideia, mas para um amadurecimento pessoal e emocional que resultam hoje, dois anos após o seu início, na coroação de um processo que me transformou em todos os sentidos.

Agradecimento maior aos meus pais Quintino e Cirley, dois caçulas que se uniram há quase meio século, e trouxeram ao mundo três esperanças das quais eu fui a primeira a nascer. Meus irmãos Rodrigo e Letícia pela constante amizade, apoio nas horas difíceis e ouvidos e presença em todas elas: formas maiores do amor fraternal. Meus cunhados Melissa e Aurélio e meus queridos sobrinhos, que enfeitam meus dias de carinho, alegria e continuada esperança: Victor, minha afilhada Roberta, Gabriel, Eduardo, João Pedro, Ísis e o pequeno Antônio que nasceu um mês antes de minha defesa.

Um agradecimento, em forma de reconhecimento, aos amigos que inspiraram, acompanharam e apoiaram esta trajetória: Vicente Darde, meu quase irmão que me salvou em vários momentos de dificuldades e angústias, Adriano de Lavor com quem dividi as primeiras ideias deste trabalho, Alexandre Menezes do Vale, cuja confiança numa indicação de trabalho resultou nos primeiros dados desta pesquisa e Antônio Sérgio Ferreira que me acolheu em sua casa, em Brasília, várias vezes e cujas trocas e conversas foram decisivas em diversas ocasiões. Também especial agradecimento às amizades colhidas ao longo da vida que foram decisivas nos momentos de dúvida e cansaço, reanimando e somando, representadas nas figuras de Fabrício Nunes, Deison

Fernando Frederico, Enéias Pereira, Marck Torres, William Ei Chin Liu, José João Lelis Leal de Souza, João Fagundes Neto e Gustavo Bernardes.

A disponibilidade desta etapa não teria ocorrido de forma tranquila sem o apoio da coordenação e dos colegas do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, do Ministério da Saúde a quem agradeço enormemente na figura dos coordenadores Dráurio Barreira e Fábio Moherdauí.

Valorosas colaborações dos docentes foram igualmente importantes e agradeço em especial a minha orientadora Ana Paula Goulart, a coordenadora Inesita Araújo e aos professores Carlos Estelitta-Lins, Valdir Castro, Janine Cardoso, Cícera Henrique da Silva, Kátia Lerner e Anete Trajman, estas últimas compondo a banca de avaliação final.

Por fim, registro a alegria de ter conhecido e convivido com tanta gente interessante e amiga, na primeira turma do PPGICS, cuja solidariedade e amizade ficarão para sempre gravadas como prêmio maior de toda esta etapa. A todos os queridos colegas de jornada meu agradecimento.

RESUMO

Os meios de comunicação social são produtores de sentido e criadores de valores e hierarquia de valores. Quando este processo está ligado a questões relativas à harmonia e desarmonia do corpo, refletindo no estado de saúde das pessoas, esta formação tem peculiaridades e estratégias específicas. A pesquisa procura analisar a formação de sentido de saúde e doença na mídia impressa, analisando as notícias veiculadas, como manchetes, em dois jornais do Rio de Janeiro (O Globo e Jornal do Brasil) e São Paulo (O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo), no período de um ano, que tratam do tema da tuberculose.

Considerada uma doença com forte potencial simbólico, a tuberculose se relaciona com as sociedades ao longo do tempo, de diversas formas. Primeiro pela exclusão dos pacientes, com a criação dos sanatórios, posteriormente com o romantismo que gerou mitos na literatura e nas artes em geral, e posteriormente, com o advento da epidemia de Aids, com a pobreza e a exclusão dos grandes centros urbanos representados nos fortes dados de contágio entre moradores de rua, detentos e moradores de favelas. Os dados levantados foram classificados em fonte, assunto, periodicidade e relevância. E só então, através dos referenciais teóricos da Análise do Discurso, buscou-se analisar qualitativamente as diversas vozes, contexto e silenciamentos surgidos nesta amostra. Foram analisados 19 textos jornalísticos sobre tuberculose, que foram manchetes nesses quatro jornais no ano de 2009. Verificamos que a tuberculose foi tratada, na maioria das vezes, como uma questão grave de saúde pública que deve ser combatida pelos governos. Fica claro o predomínio de fontes oficiais e a pouca identificação de outras vozes dominantes que cobrem ações dos governos na luta contra a tuberculose, sobretudo pacientes.

Palavras-chaves: tuberculose, comunicação, mídia, jornal, saúde, doença.

ABSTRACT

The media are producers of meaning and creators of values and hierarchy of values. When this process is linked to issues related to harmony and disharmony of the body, reflecting the state of health, this formation has its peculiarities and specific strategies. The research seeks to analyze the formation of a sense of health and illness in print media, analyzing news released, such as headlines in two newspapers of Rio de Janeiro (O Globo and Jornal do Brasil) and São Paulo (O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo) in one year, that deal with the subject of tuberculosis.

Considered a symbolic potential disease, tuberculosis relates itself with society over time in many ways. First, by excluding patients with the establishment of mental institutions, later with Romanticism that generated myths in the literature and the arts in general. And finally, nowadays, it is related to the advent of the AIDS epidemic, to the poverty and to the exclusion of large urban areas represented in the high rate of transmission among homeless, prisoners and residents of slums. Then, the collected data form classified in font, in subject, in periodicity, in relevance. Through the theoretician of Discourse Analysis, we looked for examine qualitatively several discourses, context voice and silences originated in this sample.

19 newspaper articles about TB were analyzed, which formed headlines in these four newspapers during 2009. We verified that TB was treated mostly as a serious public health issue that must be combated by governments. It is clear the prevalence of official sources and the little identification of other dominant voices that cover the actions of governments in the fight against tuberculosis, especially patients.

Key Word: tuberculosis, communication, media, newspaper, health, disease.

TABELAS

TABELA 1: Textos classificados por gênero.....	74
TABELA 2: Textos classificados por fonte.....	75
TABELA 3: Textos classificados por tema.....	76
TABELA 4: Textos classificados por índice remissivo.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Antes de Cristo
BBC	British Broadcasting Corporation
BCG	Bacilo de Calmette e Guérin
CDC	Centers of Diseases Control
CNS	Conferência Nacional de Saúde
DATA UFF	Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense
FG	Fundo Global contra a Tuberculose
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FIOTEC	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JB	Jornal do Brasil
MDR	Tuberculose Multirresistente

MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não-governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PNCT	Programa Nacional de Controle da Tuberculose
SBPT	Sociedade Brasileira de Pneumo e Tisiologia
SIM	Sintoma de Informações sobre Mortalidade
SUS	Sistema Único de Saúde
TB	Tuberculose
UNAIDS	United Nations Programme on HIV/AIDS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 TUBERCULOSE: DO MAL DOS ROMÂNTICOS À DOENÇA DE POBRE.....	19
2.1 Tuberculose: aspectos históricos e sociais.....	19
2.2 Tuberculose e o Brasil Atual: Dados Epidemiológicos.....	25
3 SAÚDE E DOENÇA NO TEXTO JORNALÍSTICO: DESAFIOS, ACOMODAÇÕES E FORMAÇÃO DE CONCEITOS	32
3.1 O processo de construção da notícia	40
3.2 Fonte de informação	49
3.3 Discurso polifônico	54
3.4 Contextualização do objeto	60
3.5 <i>Corpus</i>	67
3.6 <i>Corpus</i> reduzido	74
3.7 Temas.....	75
3.8 Índice remissivo de assunto.....	76
4. QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA?	78
4.1 Síntese.....	80
4.2 O Globo.....	81
4.3 Jornal do Brasil.....	83
4.4 Análise e comparação entre jornais do Rio de Janeiro.....	85

4.5 Folha de S. Paulo.....	87
4.6 O Estado de S.Paulo.....	88
4.7 Análise e comparação entre jornais de São Paulo.....	90
5 CONCLUSÃO.....	93
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
7 ANEXOS.....	103

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado visa refletir sobre o papel desempenhado pela comunicação social, pelo jornalismo impresso em particular, nas relações de poder e nas desigualdades que orientam as pautas sobre saúde, principalmente no que se refere aos conteúdos relacionados com a tuberculose. Parte-se do entendimento da existência de um padrão normativo que entende a saúde como estado normal dos indivíduos e a doença como alteração deste estado e, portanto, algo a ser combatido e/ou prevenido. A partir disto se hierarquizam e valoram as informações sobre o tema, vozes e contextos discursivos em nossa sociedade.

A tuberculose tem sido, ao longo dos séculos, um referencial de simbolismos que ilustra os conceitos de saúde e doença que permearam o imaginário social. Representações de vários tipos povoaram a criatividade de diversos artistas, ligando a patologia a aspectos sentimentais, de renúncia e dor ou à morte. A mídia, sobretudo após os anos 1980, tem dado generoso espaço à doença, contribuindo para sua visibilidade, mas, sobretudo, para a criação de um modo de ver a doença, permeada pelas vozes autorizadas que padronizam informações e procedimentos.

Os meios de comunicação produzem e reproduzem valores e, além disto, formam imagens que quando disseminadas acabam por refletir diretamente nas realidades. Ao tratar de tuberculose, uma doença com baixa prevalência no início da segunda metade do século XX e que hoje ganha relevância a ponto de colocar o Brasil na lista dos 22 países com mais alta carga, o foco se volta principalmente para o aspecto clínico. Questões correlatas de grande importância, como distribuição de renda, saneamento, aglomeração urbana e hábitos de vida pouco saudáveis são desprezados nas abordagens, as quais se dedicam mais a tratar de questões de benefício ou prejuízo político a

determinado gestor, e a propagandear aspectos relacionados com pesquisas e formulação de novos fármacos, além de outros aspectos distantes da realidade do paciente/leitor.

Embora não tenha sido possível analisar diretamente a questão nesta pesquisa, fica evidente que a formação do profissional de imprensa contribuiria para a elevação da qualidade da reportagem por ela produzida e, portanto, para seu melhor entendimento junto ao público leitor. Outro aspecto, pouco utilizado, são as narrativas pessoais, as histórias de vida e relatos que poderiam não somente enriquecer o conteúdo das matérias, mas também proporcionar outro ponto de vista sobre o viver a doença.

O debate sobre o papel dos meios de comunicação junto à saúde pública é permeado por um conjunto de interesses que nem sempre ficam evidentes ao consumidor final da informação produzida: o leitor. A escolha dos temas, das vozes e dos enfoques, a ordem do texto e sua disposição são alguns dos muitos aspectos desta realidade. Esta pesquisa se propôs a analisar uma amostra deste “mar de informações”, visando trazer elementos novos a este debate.

Para traçar essa discussão, esta dissertação se estruturou em três partes, que se subdividem em outras, visando esboçar os caminhos teóricos, conceituais e metodológicos que orientaram essa investigação. Na primeira parte, se apresenta um histórico da tuberculose, indicando sua trajetória na sociedade, sua influência na construção do imaginário e as respostas sociais e comunitárias envolvidas. Na segunda se discute os diversos teóricos que tratam do texto jornalístico como objeto de análise, a serem utilizados. A terceira parte é dedicada à análise dos dados coletados. Nesse capítulo – intitulado “Quem fala, o que fala e como fala?” – foram enfocados três aspectos fundamentais do funcionamento da enunciação jornalística: o mundo referencial construído pelos jornais (sobre o que as matérias falam quando falam de tuberculose), as vozes mobilizadas (a quem é atribuído o direito de falar sobre a doença e como os diferentes dizeres são legitimadas no discurso)

e como falam (quais são os enquadramentos realizados e a distribuição de saberes e poderes no universo representacional dos jornais analisados. Essas três dimensões conformam as estratégias discursivas que buscamos analisar.

A riqueza do tema e a complexidade do objeto estudado não se esgotam neste trabalho, ficando abertas possibilidades futuras de continuidade ou ampliação dos pontos de vista, através de outras análises ou amostras.

2. TUBERCULOSE: DO MAL DOS ROMÂNTICOS À DOENÇA DE POBRE

“O Senhor te ferirá com a tísica e com a febre, e com a inflamação, e com o calor ardente, e com a secura, e com crestamento e com ferrugem; e te perseguirão até que pereças.” (Deuteronômio, capítulo 28 versículo 22)

“Duas doenças foram, intensamente e de modo similar, sobrecarregadas com ornamentos da metáfora: a tuberculose e o câncer. As fantasias inspiradas pela tuberculose no século passado, e pelo câncer agora, constituem reflexos de uma concepção segundo a qual a doença é intratável e caprichosa — ou seja, um mal não compreendido numa era em que a premissa básica da medicina é a de que todas as doenças podem ser curadas.” (A doença como metáfora, Susan Sontag- 1988)

2.1 Tuberculose: aspectos históricos e sociais

Da antiguidade, o maior número de informações que nos chega sobre as vítimas da tuberculose é pertencente às camadas sociais mais altas. Testes com carbono 14 em esqueletos encontrados em várias regiões revelaram lesões ósseas compatíveis com a tuberculose; o mais antigo data de cerca de 5.000 A.C. A primeira evidência mais segura de tuberculose constatou-se em 44 múmias bem preservadas, datando de 3.700 a 1.000 A.C., todas em Tebas; a maioria é da 21^a dinastia do Egito. (ROSEMBERG, 1999).

Pela posição social e notoriedade, as repercussões da tuberculose e os dramas de indivíduos em setores sociais mais abastados dos últimos séculos são bem conhecidos e fizeram história. Por

outro lado, das multidões populares que sofreram a tuberculose, tem-se apenas índices estatísticos, cujos dados são sempre abaixo da realidade. Por conta de seus variados sintomas, a tuberculose não era identificada como uma única doença até a segunda década do século XIX, e não era chamada de tuberculose até ser batizada em 1839 por J.L. Schoenlein, etimologicamente derivado de tubérculo (raiz). O bacilo causador da doença, *Mycobacterium tuberculosis*, foi descrito em 24 de março de 1882 por Robert Koch e esta data passou a ser marcada em todo o mundo como “Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose”. Koch recebeu em 1905 o Prêmio Nobel de medicina por sua descoberta.

A identificação do bacilo de Koch, como o agente etiológico da tuberculose foi um marco fundamental para o conhecimento da doença. Significou também uma importante contribuição para o fortalecimento da teoria da transmissibilidade das doenças, que vinha se desenvolvendo com as pesquisas de Pasteur e outros cientistas, além de reforçar a concepção biologizante das doenças. No XI Congresso Médico Internacional, realizado em Berlim em 1890, Robert Koch anunciou a descoberta de uma substância que se difunde nos meios líquidos de cultura do bacilo da tuberculose (que chamou de "linfa"), a qual "insensibiliza animais de laboratório à inoculação de bacilos tuberculosos, e é capaz de deter o processo tuberculoso nos já infectados, sendo provavelmente de utilidade no tratamento da tísica humana". (ROSEMBERG, *op. cit.*)

No século XIX, surge a ideia do tratamento dos doentes em estabelecimentos fechados, onde deviam permanecer e receber alimentação adequada. Sanatório e regime higienodietético foram a simbiose fundamental para a cura da tuberculose, entrando por toda a primeira metade do século XX, até o advento da era da moderna quimioterapia. O sanatório foi associado à mística do ar da montanha. Aos poucos, o conceito climático foi se diluindo e os hospitais para tuberculosos passaram a ser localizados nas cidades com qualquer clima. A fase dos sanatórios, com sua

tonalidade dramática e romântica, muito contribuíram para impregnar a literatura e a dramaturgia. Dessa forma, o arquétipo da obra literária condensando a vida sanatorial é, sem dúvida, o notável romance *Zauberberg (Montanha Mágica)*, escrito em 1924, de Thomas Mann, também tuberculoso e prêmio Nobel. A ação se passa no luxuoso sanatório Berghof em Davos, na Suíça.

Atualmente, conforme os últimos dados divulgados, que são de 2009, o número total de novos casos de TB no mundo se manteve estável. Deste mesmo boletim, inferimos que a porcentagem da população mundial que sofre com a doença está declinando desde 2004. Mas, diariamente, em todo o mundo, cerca de cinco mil pessoas morrem em decorrência dessa enfermidade. Segundo esse mesmo relatório, lançado em março de 2009, foram estimados 9,27 milhões de novos casos de tuberculose em todo o mundo, com um declínio de casos per capita de 210 para 206 casos, para uma população de 100 mil no período entre 2006 e 2007. A maioria dos casos estimados em 2007 encontra-se na Ásia (55 por cento) e em África (31 por cento). Os cinco países com maior incidência de TB em 2007 são Índia, China, Indonésia, Nigéria e África do Sul, países de grande concentração populacional, segundo dados da Organização Mundial de Saúde.

A incidência da tuberculose entre os homens é o dobro do que entre as mulheres. O maior número de casos se concentra na faixa etária de 20 a 39 anos. Como cerca de um terço da população mundial é portadora do bacilo de Koch, há imunidade desenvolvida nas pessoas de maior idade.

A tuberculose, assim como outras doenças, foi encarada de um modo idílico e a literatura, a ópera, o teatro e as artes em geral colaboraram para a criação desta imagem, principalmente no século XIX e primeiras décadas do século XX. São inúmeros os escritores, poetas e intelectuais que morreram em decorrência da doença e que, no seu processo de adoecimento, tiveram diversas produções destacadas e reconhecidas, muitas inclusive tratando sobre a doença, ligando a ideia de que a enfermidade serviria como um incremento a mais na capacidade criativa dos artistas.

Situação semelhante ocorrera na França, no século XIX, quando a sífilis atingia ícones das letras como Baudelaire, Flaubert, Maupassant e Daudet e que, em algumas circunstâncias, se declaravam no seu apogeu de sensibilidade e criatividade após a infecção da doença. No caso da tuberculose diversos artistas adoeceram e morreram em decorrência da doença antes dos 50 anos, como Pergolesi, Tchechov e George Orwell, em épocas distintas. No Brasil, o “mal dos românticos” vitimou nomes famosos, antes dos 30 anos, como Castro Alves, Álvares de Azevedo, Auta de Souza e Noel Rosa. Interessante observar que a doença era ligada a homens boêmios, frequentadores de festas, que fumavam, bebiam e gozavam as “delícias” da vida mundana, atrelando a doença (numa interpretação rígida) a um resultado dos excessos cometidos. Por outro lado, nas artes, muitas vezes, a tuberculose era apresentada em personagens femininos que “amavam demais” como no caso da Dama das Camélias de Alexandre Dumas, que serviu também de base para a Violetta Valéry da ópera La Traviata de Verdi. Também na obra “Os Maias”, do português Eça de Queiros, a tuberculose vítima Maria Monforte, que fisicamente é descrita como “extremamente bela e sensual, com cabelos loiros, a testa curta e clássica e o colo ebúrneo; psicologicamente, era vítima da literatura romântica e daqui derivava o seu caráter pobre, excêntrico e excessivo.” (QUEIRÓS, 1888)

Ao propor o uso da Cruz de Lorena como símbolo da luta contra a tuberculose no mundo, o médico francês Gilber Sersiron lançou, em 1912, um novo enfoque sobre o combate da doença. Não se tratava mais de romantizar o tema, mas de exercitar ações de enfrentamento ao mal que se alastrava, e esta nova atitude deveria acontecer sob a representação de um símbolo forte que reunisse os elementos necessários a esta nova fase. A primeira tentativa de envolvimento do poder público na luta contra a TB foi proposta por Oswaldo Cruz, que, à época – 1907 – era diretor geral de Saúde Pública. Embora não concretizada, a proposta era a implantação de amplas medidas

profiláticas no Regulamento Sanitário e a instituição de sanatórios e hospitais. No ano de 1927, Arlindo de Assis deu início à vacinação anti-TB no Brasil com a vacina BCG, desenvolvida por ele na Liga Brasileira Contra a Tuberculose.

Posteriormente, as respostas do poder público vieram com a criação da Inspetoria de Profilaxia da TB (1920), o Serviço Nacional de Tuberculose (1940), e a da Campanha Nacional Contra a Tuberculose (1946), que coordenaram políticas nacionais como a da quimioterapia, iniciada com a descoberta da estreptomicina, em 1944. O surgimento da resistência bacteriana levou ao desenvolvimento de vários esquemas terapêuticos.

As primeiras instituições especificamente criadas para fazer frente ao problema foram a Liga Paulista Contra a Tuberculose, fundada julho de 1899 e a Liga Brasileira Contra a Tuberculose, atual Fundação Ataulpho de Paiva, fundada em agosto de 1900, sediada no Rio de Janeiro, à época Capital da República. As Ligas Brasileiras Contra a Tuberculose expandiram-se pelo Brasil e propunham-se a implantar no país os métodos científicos de tratamento e profilaxia presentes no meio médico-social europeu. Esses métodos eram: campanhas de educação sanitária, implantação de sanatórios, atuação no atendimento aos pobres e a ampliação dessas ações aos demais estados da República. Inicialmente, a Liga Brasileira investiu em duas linhas de ação: uma preventiva e a outra, voltada para o tratamento. Houve o estímulo à criação de sanatórios e hospitais, iniciando a parceria com as instituições privadas e suas casas de repouso e sanatórios. Essas instituições localizavam-se em cidades consideradas ideais ao tratamento devido ao clima adequado, de acordo com o pensamento vigente à época. Para essa finalidade, a Liga Brasileira contra a Tuberculose criou um fundo especial de recursos, que culminou na instalação, na Ilha de Paquetá, do Preventório Rainha Dona Amélia, em 1927, instituição essa dedicada a acolher crianças classificadas nas

estatísticas escolares como estando em estado de pré-tuberculose e a evitar que elas desenvolvessem a enfermidade. (NASCIMENTO, 2002)

O início do século XX foi um marco na proliferação da tuberculose entre as populações mais pobres. A tuberculose já se apresentava como uma doença socialmente determinada, pois sua ocorrência estava diretamente associada à forma como se organizavam os processos de produção e de reprodução social, assim como a necessidade crescente de implementação de políticas públicas efetivas de controle da doença. Além disto, as mudanças nas concepções de saúde e doença revelaram mais claramente que as patologias, que passavam a serem vistas além de um fato biológico, eram também realidades construídas social e historicamente. (MINAYO, 1997).

Há um elemento político mais velado que, no entanto, ganha destaque nesta situação. O sucesso da resposta que o Brasil deu a epidemia da Aids, sobretudo durante os anos 1990, estava fortemente ligado à matriz partidária e ideológica do poder naquela época. Sobretudo nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), quando o país ganhou protagonismo internacional, deixando sua marca, nem sempre tão real quando vista no cotidiano de pacientes e populações vulneráveis no interior do país. O governo posterior, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010), continuou dando apoio e relevância ao enfrentamento da Aids, mas gradativamente foi incrementado ações de repercussão, midiáticas inclusive, voltadas para outras patologias. Nos últimos anos, casos como da hanseníase ganharam espaços maiores nos noticiários, mobilizações em função de imunizações da gripe, da rubéola e outras tiveram orçamento publicitário aumentados. Patologias com perfil epidemiológico importantes, como hepatites virais, ganharam status, assim como estratégias voltadas para o combate à malária, passaram a frequentar mais as páginas de jornais.

Desde que a OMS declarou, em 1993, a TB em estado de emergência mundial, o Brasil sinalizou sua posição frente às novas perspectivas do problema com marcos pontuais, como o Plano Emergencial para Controle da Tuberculose, lançado em 1994 pelo Ministério da Saúde. Foram eleitos 230 municípios prioritários que concentravam a maioria dos casos do País, segundo critérios epidemiológicos (incidência, mortalidade e associação com HIV) em combinação com dados operacionais do programa, como a taxa de abandono. Cada município elaborou um Plano de Ação, objeto de convênios celebrados com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que estabeleceu metas e uma dinâmica sistêmica de recursos financeiros para desenvolvimento de atividades. Estas compreendiam, entre outras, as de busca de casos, de tratamento, de informação, de educação e de comunicação, todas com metas específicas. As metas do Plano buscavam diagnosticar, no mínimo, 90% dos casos e curar, pelo menos, 85% dos casos diagnosticados.

2.2 Tuberculose e o Brasil atual: Dados Epidemiológicos

No Brasil, segundo dados do Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde, foram registrados 72 mil casos de tuberculose em 2009, quando 4,8 mil pessoas morreram em decorrência da doença. A TB é a terceira causa de morte por doença infecciosa, atrás da septicemia e do HIV, conforme informações do Sistema DE Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde. O país passou da 16ª para a 19ª posição no ranking dos 22 países com maior incidência de tuberculose no mundo. A taxa estimada diminuiu de 50 casos por 100 mil habitantes para 48. As populações mais vulneráveis são as indígenas (incidência quatro vezes maior do que a

média nacional), portadores de HIV (30 vezes maior), presidiários (40 vezes maior) e moradores de rua (60 vezes maior).

O estado do Rio de Janeiro tem a maior taxa de incidência entre os estados do Brasil: 73,8% por cem mil, enquanto no país a média é de 38,2% por cem mil. Na favela da Rocinha, zona sul da capital, a taxa de infecção chegou a 600 casos por 100 mil no início do século XXI, até cair para 100 casos por 100 mil entre 2005 e 2007, número este, ainda assim, muito acima da média nacional de 40 casos para cada 100 mil pessoas. A cidade do Rio de Janeiro é uma das capitais com maior taxa de incidência, registrando quase cem casos por cem mil habitantes. O estado de São Paulo ocupa a 10ª posição e a capital paulistana a 14ª. A tuberculose ainda é um sério problema de saúde pública no Brasil, com profundas raízes sociais, está intimamente ligada à pobreza e à má distribuição de renda, além do estigma que implica na não adesão dos portadores e/ou familiares/contactantes. O surgimento da Aids inaugurou um novo capítulo da tuberculose em todo o mundo. Os pacientes com Aids têm 50% de risco de desenvolver a tuberculose, enquanto que nos pacientes sem o vírus esse percentual baixa para 10%.

Em 2000, foi criado o Fundo Global de Luta Contra a Aids, Tuberculose e Malária (The Global Fund), sediado em Genebra, na Suíça. O objetivo é de apoiar ações de controle destas doenças nos países onde há maior incidência. Atualmente, o Fundo Global é o maior financiador internacional de projetos para estas enfermidades, dispondo de recursos da ordem de US\$ 10 bilhões, destinados a cerca de 140 países ao redor do mundo.¹

A proposta do Brasil para o fortalecimento das ações de controle da tuberculose foi formalizada junto ao Fundo Global em junho de 2005. Atualmente, o país é beneficiário de um projeto aprovado na quinta ronda em 2007, para cinco anos, num montante de 27 milhões de

¹ www.fundoglobaltb.org.br

dólares. O Projeto Fundo Global Tuberculose Brasil abrange 57 municípios das regiões metropolitanas de Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Baixada Santista e Porto Alegre e o município de Manaus, áreas que concentram 45% dos casos de tuberculose no Brasil. O Projeto visa à aceleração do alcance das metas definidas para o Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), do Ministério da Saúde.

Considerando a importância da presença da tuberculose no Brasil, que é o segundo em incidência na América Latina (o primeiro é o Peru), o financiamento internacional aprovado, a proximidade entre os profissionais de saúde e o movimento social ligados à Aids (tuberculose é a doença que mais mata pessoas soropositivas para o HIV), a oportunidade de transformar a forma de abordagem do tema seria um objetivo não apenas ideal, mas plenamente factível. Com as limitações burocráticas que a máquina estatal possui, a utilização dos recursos internacionais do Fundo Global, via receptores selecionados, seria uma forma ágil de desenvolvimento destas ações, e se esperava a proliferação de novas ideias de mobilização social em torno da doença. Apesar de o projeto ocorrer em locais restritos, sua atuação piloto poderia ser desdobrada posteriormente no restante do país, gerando uma resposta social integrada e nacional.

Com a promulgação da nova Constituição do Brasil em 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, a participação comunitária no acompanhamento da saúde pública, ganhou força e espaço em todos os segmentos. No âmbito da saúde foram criados os conselhos de saúde locais (em cada uma dos 5565 municípios do país), estadual (reunindo representações de cada um dos 27 estados) e nacional (mais amplo que reúne representantes de entidades nacionais e do Ministério da Saúde). No entanto, além deste aspecto legal do acompanhamento das ações de saúde, se verificou a necessidade de criação de outros espaços, com missão consultiva, de apoio e

colaborativa, reunindo entidades com atuação nas patologias específicas ou que tivessem alguma interface ou intenção de atuar nestas áreas.

Uma das primeiras iniciativas no campo da saúde pública foi a criação dentro do Programa de Aids do Ministério da Saúde, de comissões e grupos de trabalho visando colaborar e opinar sobre a implementação de estratégias. Estes grupos têm caráter amplo e são formados por pesquisadores, agentes de governo, sociedade civil e outros setores. Inspirado neste modelo nasceu a ideia de formação de fórum que possibilitasse este mesmo intercâmbio e missão em relação à tuberculose, conservando as peculiaridades da patologia e da organização social ao seu redor. A ideia era formar um comitê de mobilização, nos moldes do que já existe para ações contra dengue e vacinação do idoso, de modo a obter o engajamento dos participantes nas suas respectivas áreas de atuação, os quais colaborariam na difusão de informações sobre a tuberculose, fazendo com que aumente a detecção de novos casos.

Por se constituir num problema de saúde pública, a tuberculose foi incluída na lista de prioridades do Ministério da Saúde, fortalecendo atuação do Programa Nacional para atingir as metas globais de controle da endemia. Diante da necessidade de ampliar a atuação do PNCT com a mobilização global em torno da luta contra tuberculose concretizada no movimento Stop TB Partnership, foi proposta a criação de uma rede de parceiros, para representar o controle social na luta contra a tuberculose. A iniciativa *Stop TB Partnership* é um movimento que conta com mais de 400 parceiros (organizações internacionais, países, doadores do setor público e privado, organizações não-governamentais e privadas), e tem como objetivo acelerar a ação social e política para deter a TB. Está sediada na OMS, uma das organizações líderes de seu conselho, que tem

representação permanente e se constitui como referência para suas políticas. Tem ainda, como parceiro, o Banco Mundial.²

As discussões para a criação deste espaço aconteceram no ano de 2004, através de contatos entre os gestores federais e as representações da sociedade civil. O primeiro passo foi a troca de informações a respeito do formato dos fóruns nos diversos países em que a iniciativa está presente. Posteriormente foram identificados os potenciais parceiros a serem convidados, dentro da estrutura do governo federal, nos estados e municípios e da sociedade civil com atuação no tema. Após este mapeamento identificaram-se outros segmentos que, apesar de não terem atuação direta com a causa da tuberculose, poderiam contribuir ou vir a incluir em suas agendas o tema. As entidades convidadas foram representadas por instituições governamentais, estados e municípios com alta carga da doença, organizações da sociedade civil, instituições religiosas, setor privado e empresarial, organizações de educação, comunicação e divulgação, associações técnico – científicas e agências internacionais, entre outras. Basicamente organizações de trabalhadores, de pesquisadores, agências internacionais de cooperação, entidades de classe e ligadas a algum segmento social. O STOP-TB/BRASIL foi lançado em 09 de novembro de 2004, e foi chamado de Parceria Brasileira contra a tuberculose, reunindo hoje mais de uma centena de membros.³

Nos últimos anos a visibilidade que a questão da tuberculose teve no Brasil foi a maior responsável para o aumento do engajamento de novos parceiros na luta pelo seu controle e tratamento oportuno. Há nitidamente um interesse maior das organizações que trabalham com Aids em inserir a tuberculose na sua agenda e missão institucional. O envolvimento destes atores traz a qualidade de vida dos pacientes à discussão, juntando ações de controle da co-infecção TB/HIV. Um exemplo claro disto é a criação de Frentes Parlamentares em diversas cidades e estados, unindo

² www.stoptb.org

³ www.parceriabrasileira.org.br

as ações das duas patologias. As frentes reúnem parlamentares de diversos partidos políticos que discutem questões relacionadas ao tema, buscando principalmente colaborar no âmbito da criação de legislações específicas.

Além disto, se nota um interesse na causa da tuberculose de organizações que trabalham com populações específicas com alta carga de TB, como índios, população prisional, moradores de rua e entidades que trabalham com usuários de drogas, em especial com ações de redução de danos. Ainda há um terceiro grupo que engloba pesquisadores e instituições acadêmicas e outros atores, como laboratórios farmacêuticos, que têm se aproximado da Parceria Brasileira com o intuito de compor a plenária trazendo pontos de vista diferentes e complementares. Destaque-se que a iniciativa de se construir um espaço assim com tantos atores diferenciados, com atuações em áreas diversas é algo inédito no Brasil. Em geral, ocorrem reuniões deste tipo quando algum surto ou ação maior de saúde acontece de forma a somar forças para buscar soluções naquele momento. No entanto, a construção de um espaço perene e contínuo, com discussões que juntem numa mesma mesa estes atores, é um exercício constante cheio de embates e desafios.

Duas pesquisas realizadas em 2010 confirmaram a falta de informações do público sobre a tuberculose. Uma delas foi financiada pelo projeto brasileiro do Fundo Global para Aids, Tuberculose e Malária, cujo um dos receptores principais no país é a FIOTEC/FIOCRUZ, e realizadas pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF). Foram entrevistadas 3369 pessoas de 53 municípios, entre janeiro e fevereiro de 2010. Os resultados mostraram que 34,3% dos entrevistados acreditam que a separação de copos, pratos e talheres é uma das reações principais que o entorno do paciente tem após o diagnóstico e 52,6% acreditam que o internamento é necessário para o tratamento.⁴ Também a pesquisa revela que 66% dos

⁴ www.fundoglobaltb.org.br

pesquisados nunca tiveram ou conhecem alguém que tenha tuberculose e 88% acreditam que a doença tem cura. Já a pesquisa promovida pela Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), entrevistou 2242 pessoas em 143 municípios e demonstrou que 58% dos entrevistados acreditam que a doença pode ser transmitida ou agravada pelo fumo e 18% acreditam que a doença seja hereditária.⁵

⁵www.sbpt.ogr.br

3 SAÚDE E DOENÇA NO TEXTO JORNALÍSTICO: DESAFIOS, ACOMODAÇÕES E FORMAÇÃO DE CONCEITOS

“ Mas se a linguagem não mais se assemelha imediatamente às coisas que ela nomeia, não está por isso separada do mundo; continua, sob uma outra forma, a ser o lugar das revelações e a fazer parte do espaço onde a verdade, ao mesmo tempo, se manifesta e se enuncia.”

Michel Foucault – “As palavras e as coisas” – 1966

Uma das maiores dificuldades do texto jornalístico, multiplicado diariamente através de jornais, revistas, boletins para rádios e redes de televisão e, principalmente, dos diversos canais na rede mundial de computadores, é o entendimento e adaptação da linguagem científica de modo que a informação produzida possa chegar entendível, a um número maior de pessoas. De um lado o que se observa é, ainda, um hermetismo grande por parte dos formuladores de informação, refugiados numa linguagem técnica e inacessível. No outro extremo, os jornalistas carecem de maior formação para entender os processos da ciência e trazê-los para mais perto da realidade dos consumidores de informações jornalística. A crescente busca pela especialização dos profissionais de mídia, com a formação de segmentos cada vez mais direcionados, tem colaborado para aproximar estes dois mundos. De sua parte, os institutos de pesquisa, os cientistas e os pesquisadores em geral investem cada vez mais em recursos de comunicação, através da criação de setores específicos e de

contratação de profissionais com vistas a terem seu trabalho (re)conhecido pela sociedade em geral. No entanto, existe ainda um longo caminho a ser trilhado de modo que a divulgação científica saia do mundo restrito dos iniciados na pesquisa científica e ganhe o cotidiano da população em geral, contribuindo para sua qualidade de vida, razão maior de todo investimento em ciência e produção de conhecimento. Para Latour, Callon (1998) e Law (1992), o conhecimento é um produto social, mais do que algo gerado a partir da operação de um método científico privilegiado, e tal conhecimento (generalizado) pode ser visto como um produto ou um efeito de uma rede de materiais heterogêneos. Para que este conhecimento galgue o patamar de reconhecimento, ele precisa ser entendível a ponto de que sua circulação também possa ser social, ou seja, de que este saber produzido possa circular de modo a ser discutido e até questionado.

A tendência nos últimos anos de ampliação da divulgação científica se reflete nas formas de publicização dos resultados ou dos processos de pesquisa que a academia, os centros de pesquisa ou os pesquisadores desenvolvem e que utilizam a mídia como forma de tornar conhecidos os seus trabalhos. A divulgação científica através da grande mídia, voltada para o público em geral, é uma atividade que vem ganhando gradativo espaço. Observa-se que os temas com maior proximidade do público, como pesquisas de vacinas, desenvolvimento de medicamentos, novos tratamentos e outros correlatos, obtêm espaços maiores junto às editorias de ciência, tecnologia e saúde dos jornais de grande circulação. No entanto, a notícia veiculada hoje perde espaço para a novidade de amanhã, como se constantemente fosse reavaliado o conhecimento produzido, que perde rapidamente seu interesse, ganhando notoriedade a próxima atração a ser apresentada, como se o “revisionismo instantâneo” de Latour se demonstrasse claramente nas páginas dos jornais diários.

Concomitante a este aumento de espaço se destaca os investimentos que os pesquisadores têm dedicado na contratação de profissionais de comunicação, tornando suas atividades vinculadas

diretamente à criação de estratégias de comunicação. Tal iniciativa já era conhecida nos Estados Unidos e em países da Europa, que além de alimentarem as revistas e publicações especializadas, já há muito investem na divulgação junto à mídia em geral. Os institutos de pesquisa internacionais desenvolvem parcerias com as agências de notícias e estas multiplicam as informações por eles enviadas, tornando rápida e padronizada uma determinada informação produzida pelos pesquisadores. Os conceitos de poder, sociedade e discurso se inter-relacionam nesta situação influenciando um sobre os outros e formando novas realidades comunicacionais. Os objetos científicos, com sua aura e rede de associações (Latour, 2004), ganham novos corpos e olhares quando passam pelo viés do comunicador, oriundo do olhar do pesquisador, para chegar ao público.

Infelizmente, as notícias nem sempre são adaptadas à realidade local e chegam aos leitores sem o devido entendimento, gerando um conhecimento raso ou falho carecendo de profundidade e reflexão. O conhecimento gerado deveria ser tratado como parte do cotidiano das pessoas que são acessadas por estas informações. Desta forma,

a ação de informação seria aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas e interacionais, movidas por diferentes demandas ou preocupações. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999)

Nota-se que as patologias com maior investimento internacional, em pesquisa, mobilização e inovação, também são as que ganham maior destaque na cobertura de imprensa, comprovando que a atuação de componentes de comunicação se vincula ao foco principal da pesquisa. No caso da tuberculose o tema ganha gradativo espaço na mídia, sobretudo após a entrada de recursos internacionais no cenário brasileiro. A presença da patologia no Brasil de modo significativo, as ações de governo para seu controle e o grande aporte de recursos internacionais disponíveis para pesquisa nesta área gerou a formação de uma elite de pesquisadores dedicados à tuberculose. Em 2001, foi criada a Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose – REDE TB – que, entre suas

atividades diversas, investiu na criação de instrumentos de comunicação como a contratação de profissionais de imprensa e relações públicas, a criação de *site* e a elaboração de boletins de divulgação.⁶

É forte a presença dos pesquisadores brasileiros e das agências internacionais, na mídia, na divulgação das pesquisas sobre tuberculose, superando inclusive as inserções do governo e da sociedade civil. Jornais populares e direcionados à população em geral passaram a ter em suas páginas informações sobre pesquisas desenvolvidas e ter familiaridade com alguns nomes que antes tinham atuação reduzida as revistas especializadas. Paul Rabinow (*apud* Shapin) afirma que as últimas duas décadas assistiram “uma remodelação dos lugares onde se produz conhecimento”, com a criação de novas formas de conhecimento que foram emergindo junto com novas formas de produção do conhecimento. A mídia se transforma, em alguns casos, em uma fonte de divulgação deste conhecimento produzido, situação que se denota com o crescimento de espaços dedicados à saúde, ciência e tecnologia. No caso específico da tuberculose, o crescimento é visto claramente e, quando analisado, no histórico da doença se constata uma mudança de perfil dos atingidos, o que conseqüentemente gerou mudanças também na forma de enfrentamento, de debate e circulação de informação no seu entorno. Para Callon,

Tradução que faz possível, num sentido geométrico, um “translado” (*transport*) de conhecimentos, de um ponto ao outro, mas que permite igualmente, e este seria seu sentido linguístico, uma compreensão entre universos no começo estrangeiros (os de A e B) universos que são progressivamente reconfigurados ao mesmo tempo em que se conectam (entre si). (CALLON,2003)

Enquanto Shapin (2008) classificava os cientistas que se dedicavam à pesquisa em instituições privadas, com base na busca do lucro, como “cientistas empreendedores”. A instrumentalização da

⁶ www.redetb.org

mídia é vista costumeiramente como pejorativa, porque é pensada como uma forma de autopromoção. Mas ela também pode ser instrumentalizada, porque reconhecida como um importante lugar de embate pelo sentido no mundo contemporâneo. Shapin verifica que os cientistas passaram a trabalhar com a privatização, tornando-se executivos da ciência, principalmente após a Guerra do Vietnam, quando houve um aumento nos financiamentos privados em pesquisa e as academias passaram a mudar seus discursos diante desta realidade. Os chamados cientistas empreendedores enriqueceram rapidamente sem entender a existência de conflitos éticos nas suas atividades, mesmo quando eram acusados de negligências às ciências básicas em função dos atrativos (monetários) da ciência aplicada. Já os cientistas midiáticos passaram a ocupar espaço em órgãos de comunicação além dos já tradicionais das academias e agências de fomento.

Paralelo ao universo da comunicação e informação, o mundo da política permeia o mundo da circulação de informações, sobretudo a forma de notícia.

A política de comunicação é co-existente com o campo da política de informação, definida como toda a legislação e regulamentação como uma cadeia de produção de informação que inclui a criação de informação, processamento, fluxo e uso. Os problemas suscitados pelas novas tecnologias, as práticas de comunicação social, a natureza da formulação de políticas e processos a única característica dos meios de comunicação como uma área política de confundir a questão do esforço.(BRAMAN, 2004)

Percebe-se uma incapacidade dos atores locais de gerar fatos de amplitude a ponto de tornar mais constante o tema nos veículos de comunicação. Por tratar-se de uma doença com contornos sociais evidentes e que tem atingido cada vez mais pessoas dos estratos sociais mais baixos, repercute aí a tradicional ideia de que o tema não desperta interesse da mídia em geral. Por isto, chama a atenção do crescimento de notícias, cujas fontes são os institutos de pesquisa e similares. Uma questão que perpassa toda a discussão de utilização de políticas comunicacionais como forma de divulgação do conhecimento científico é a realidade das decisões de poder e onde ele se assenta quando estas deliberações precisam ser tomadas. Krimsky (2002) aponta no seu segundo modelo de personalidade de investigação universitária, baseada nos escritos de Francis Bacon, cujo ideal é

“Conhecimento é a produtividade”, um derivado do aforismo de Bacon “Conhecimento é poder”. Afirma ainda que o foco principal da universidade seja o de fornecer o conhecimento e a tecnologia para o desenvolvimento econômico e industrial. Com o crescimento da mídia e de sua influência sobre as decisões da população, dos governos e da sociedade em geral, também o conhecimento científico produzido e sua forma de circulação passa por esta instância de poder que avalia quem é o mais capacitado para servir de fonte a estas informações e como o público em geral as receberá, depois de entendidas e editadas.

O poder médico, representado na figura do profissional com capacitação e titulação própria para isto, sempre pairou acima dos demais profissionais em saúde, muitas vezes vivendo em conflito com eles. Quando a comunicação passou a integrar um campo específico dentro da área de saúde, trazendo suas peculiaridades e somando como um elemento a mais nas decisões políticas ficou evidente o choque entre saberes que poderia se constituir numa nova área de atuação interdisciplinar, mas também numa arena ferina de disputa de poderes. Estas disputas possuem um “sistema de referências teóricas em que se definiram consciente ou inconscientemente”. Como afirma Bourdieu, esses

(...) ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. E acrescenta: “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, (...) para a ‘domesticação dos dominados. (BORDIEU, 1989)

Nunca foi pacífica, e pensamos que nos dias de hoje talvez esteja se tornando menos pacífica ainda, a cooperação entre as áreas das ciências da informação e da comunicação ficando evidente, na maioria dos casos, a preponderância do saber científico inclusive nas decisões principais das políticas de comunicação, decidindo o que pode e o que não pode ser divulgado. A epidemiologia, por exemplo, que aponta os elementos de uma determinada patologia em tempo e

campo específico, serve como um subsídio fundamental para a elaboração de metas de redução de casos ou de medidas preventivas, mas não é apenas o único elemento a ser considerado nestas circunstâncias. As novas tecnologias de informação são qualitativamente diferentes daqueles com os quais a política de mídia tem historicamente lidado. As pessoas estão acostumadas a tratar a mídia como um conjunto de identificação de objetos nos quais a capacidade de comunicação pode ser encontrada e que apenas servem funções comunicativas, distinto de outros objetos e dos indivíduos. (BRAMAN, op.cit.)

No caso da tuberculose, o poder centrado nas mãos dos médicos estava aliado ao pouco desenvolvimento de medicamentos para combate à doença. Antes deles, o tratamento se resumia a descanso, ar puro (preferencialmente em sanatórios) e alimentação adequada. O paciente se submetia a estas atitudes, guiados pela mão do médico que ditava as formas de condutas que deveriam ser seguidas para uma superação. Não é raro verificar em campanhas dos anos 1920 e 1930 a ligação de atitudes chamadas “desregradas”, como bebidas, cigarros e festas, como fomentadoras de risco para a contaminação da tuberculose. Atitudes estas carregadas de valorização moral que eram seguidas como leis pelos pacientes e pelas famílias, a fim de se obter o resultado final satisfatório. Com o advento dos medicamentos, a mudança nos costumes e a proliferação da doença nos subúrbios das grandes cidades e nos grandes conglomerados urbanos, a vigilância moral que se exercia antes fica mais frouxa e com resultado ínfimo. O desafio então surge na forma da adesão ao medicamento e na finalização do longo tratamento – de seis meses – além de outros pontos como a construção de infra-estruturas adequadas a não proliferação do bacilo e, novamente, a movimentos contra a discriminação e o preconceito.

No entanto, hoje existe um novo modo de produção do conhecimento vinculado a um novo regime de regras sociais. Tais mudanças transformaram a ciência, no que diz respeito a suas práticas

de pesquisa, instituições e epistemologias. Também a ação da comunicação em relação à produção do conhecimento sofreu alterações e elas se refletem no levantamento anteriormente apresentado. A construção conceitual do campo da saúde como objeto de estudo, passa necessariamente pela discussão das formas de integração de informação e comunicação neste contexto, dentro de uma perspectiva interdisciplinar e sócio-antropológica. Esta integração ainda passa longe de se tornar realidade, embora sua construção caminhe gradativa, graças aos esforços de alguns pesquisadores e profissionais de saúde. O que se tem notado mais amiúde é a falta de ações continuadas de comunicação em detrimento a campanhas pontuais agindo em emergências ou de forma datada. “A informação deve ser materializada através de práticas que conferem um estatuto, peso e massa ao enunciado”, alerta Frohmann (2008).

A utilização de novos métodos de divulgação científica, tornando o conhecimento mais próximo da população em geral e permitindo uma maior circulação destas informações, está ligada ao surgimento de uma nova objetividade, não baseada na produção coletiva de provas, mas na reprodução coletiva da informação. Na medida em que circula um maior número de produções mais o conhecimento sai da redoma e se transforma em informação, sendo percebido por um maior número de pessoas que passam a discutir, a partir de seus acúmulos, os temas que lhe surgem. A própria noção de normalidade passa a ser questionada quando se descobre o tema através das páginas dos jornais, o que lhe confere autoridade e precisão. Conforme Canguilhem (1978), o que se define por normal somente pode ser entendido no plano individual de normatividade, biológica dentro do próprio organismo, mas é obrigatoriamente relacionada com o meio. A incapacidade de se reconhecer a distinção entre resposta meramente biológica e o contexto em que o paciente acometido está envolvido, gera respostas parciais nem sempre satisfatórias à solução de determinada questão de saúde pública.

No entanto, é fundamental que as informações reproduzidas pela imprensa, sejam adaptadas à linguagem local para um melhor entendimento dos contextos e um maior aproveitamento do conhecimento distribuído. A criação de jornalistas especializados pretende sanar esta lacuna, mas o cotidiano rápido das redações impede que existam oportunidades de maior aprofundamento do tema antes deste se transformar em destaque nos veículos. A maior aproximação entre comunicadores, pesquisadores, academias e redações resultaria não somente em uma maior circulação do conhecimento acadêmico como numa apropriação maior da população destes mesmos conhecimentos, retroalimentando com suas experiências pessoais as provas oriundas de laboratórios e salas de aula.

No âmbito dos estudos de Comunicação e Saúde, a mídia é tida como um lugar importante para pensar o conjunto das relações sociais. Saúde e mídia, nessa perspectiva, são entendidos como “elementos constitutivos das subjetividades contemporâneas” (Carvalho, *et al.*, 2007). Com esse entendimento, muitas pesquisas e eventos científicos têm sido produzidos, embora especificamente as atividades ligadas à tuberculose, quase não pautem comunicação nos seus programas. Um deles, o Encontro Brasileiro de Tuberculose, realizado de dois em dois anos reúne pesquisadores dedicados aos estudos do temas com o objetivo de incentivar uma produção acadêmica e dar visibilidade aos estudos neste campo. Somente na última edição, ocorrida em agosto de 2010, no Rio de Janeiro, que a comunicação foi pautada através de uma painel.

3.1 O processo de construção da notícia

Os diversos estudos já realizados sobre a cobertura de patologias pelos meios de comunicação convergem para um ponto em comum: o papel central da mídia na construção da doença no imaginário coletivo. Para entendermos como é realizado este processo, quais as influências e valores que determinam a construção desse discurso jornalístico, é importante levantarmos aqui algumas questões concernentes ao produto final do jornalismo: a notícia.

Da ação que constitui o fato à publicação e circulação do texto jornalístico na sociedade há uma dimensão na qual diversos conceitos, como a verdade e a objetividade, são frequentemente questionados dentro e fora do meio acadêmico. Afinal de contas, a notícia é escrita a partir do olhar subjetivo de uma pessoa (ou de mais de uma, em muitos casos). Se o texto é redigido a partir do ponto de vista de alguém sobre o fato acontecido, de que forma se legitima o discurso jornalístico? De que forma se dá o processo de transformação do fato em texto jornalístico, ou, ainda mais especificamente, quais são as características de um fato para que seja transformado em notícia?

Os debates gerados acerca dos problemas do acontecimento e da objetividade no campo jornalístico são fundamentais para a definição do conceito de notícia. Um paradoxo do mundo do jornalismo, apontado por Gomes (1993), é a insistência dos jornais em afirmar a própria veracidade e a lamentação dos jornalistas e dos leitores/espectadores com a ausência de compromisso com a verdade que domina o mundo do jornalismo. Gomes (1991) afirma que a verdade buscada pelo jornalismo é a objetividade, entendida como necessariamente atrelada às noções de neutralidade e imparcialidade. Mas como o jornalista – aquele encarregado de narrar o acontecido - cria um distanciamento em relação ao fato? Gomes (1991) recorre ao tema do interesse para explicar que “[...] a compreensão de um objeto, a completude da interpretação, é possível apenas enquanto o intérprete e o ‘texto’ pertencem-se reciprocamente.” Dessa forma, a compreensão não é um conhecimento de algo que se apresenta como um estranho a ser apreendido, e sim daquilo que já faz parte do ambiente do grupo social. A partir desta análise do envolvimento do sujeito com as coisas e os fatos, o problema do fato jornalístico acentua-se, na medida em que a ingenuidade com relação à imparcialidade da notícia, ou melhor, daquele que redige o texto jornalístico, é desmascarada.

A partir da premissa de que o jornalismo deve cultivar a virtude da imparcialidade, o equilíbrio se tornou a palavra-chave para a cobertura noticiosa. Michael Gurevitch e Jay G. Blumler

(1993), a partir da análise da cobertura da BBC de Londres da campanha partidária nas eleições gerais que ocorreram entre abril e maio de 1979, mostraram que o critério de equilíbrio no tempo de apresentação das atividades dos principais candidatos dava a noção de imparcialidade. A metodologia utilizada era respeitar os tempos de cada candidato diariamente, como ocorre até hoje em períodos de eleição em países com regime democrático.

Porém, os autores apontam pelo menos três pontos nos quais a abordagem do equilíbrio pode ser questionada: o princípio do equilíbrio está em tensão com o critério de objetividade; circunscreve o papel dos valores-notícia no processo de seleção e o equilíbrio molda a forma das reportagens eleitorais, ou seja, o modo de dispor os discursos e notícias num pacote profissionalmente satisfatório. Desta forma, a imparcialidade conquistada a partir do equilíbrio entre as falas dos candidatos é uma forma dos jornalistas de se protegerem contra acusações.

O equilíbrio no jornalismo, como entendemos, não está vinculado à imparcialidade, mas sim à independência que deve reger a relação dos meios de comunicação com toda a sociedade. Para Chaparro (2005), “[...] é bom lembrar que para o bom jornalismo os conflitos a serem narrados e a comentar sempre têm pelo menos três lados: os lados dos interesses oponentes e o lado dos valores da sociedade.”. A independência para poder mostrar esses lados é obrigação do jornalismo. Chaparro completa que a precisão e a busca da veracidade são importantes no registro dos fatos e na escolha subjetiva das significações atribuídas aos discursos.

Para entendermos a transformação do fato em notícia, Gomes (1993) afirma que “[...] o fato é um complexo que inclui eventos envolvendo coisas, pessoas e textos. As suas marcas são a atividade, a relação e a temporalidade.” O fato é o resultado, a consequência de uma ação, aquilo que uma produção ou operação deixa para trás como seu produto ou obra. No conceito de fato também está implícito um recorte voluntário no *continuum* das interações da realidade, delimitado

no tempo e no espaço, onde interagem as pessoas, coisas e textos.

Um dos critérios de noticiabilidade é o da previsibilidade. É em função da maior ou menor previsibilidade que um fato adquire o estatuto de acontecimento do ponto de vista jornalístico. Adriano Rodrigues define o acontecimento jornalístico como

[...] um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. (RODRIGUES, 1993)

Rodrigues estabelece três critérios de notabilidade dos fatos: o excesso, a falha e a inversão. O autor entende como *excesso* o funcionamento anormal da norma, emergência escandalosa de marcas excessivas do funcionamento normal dos corpos, como, por exemplo, o massacre de uma aldeia pelas tropas militares, uma ação excessiva dentre as funções ordinárias do corpo militar. A *falha* é o defeito, a insuficiência no funcionamento normal e regular dos corpos, como, por exemplo, o revólver que falha no momento em que o agressor executa a agressão. A *inversão*, como, por exemplo, o fato de um homem morder um cão e não ao contrário, se constitui como registro de notabilidade do acontecimento.

Além dessas características que levam o acontecimento a se tornar texto jornalístico, Rodrigues (1993) defende a existência de uma espécie de “acontecimentos segundos” ou de “meta-acontecimentos”, provocados pela própria existência do discurso jornalístico. “O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato dele próprio ser dispositivo de notabilidade, [...] mundo da experiência autônomo das restantes experiências do mundo.”

Diante do debate acerca da constituição do fato jornalístico, é necessário também entendermos minimamente algumas propriedades e funções da notícia. As propriedades do campo jornalístico são preponderantes para a discussão sobre as funções da notícia. Pierre Bourdieu (1997)

destaca que, na lógica específica de um campo orientado para a produção desse bem altamente perecível que são as *notícias*, a concorrência pela clientela tende a tomar a forma de uma concorrência pela prioridade, isto é, pelas notícias mais novas - o furo - e isso tanto mais, evidentemente, quanto se está mais próximo do polo comercial.

A valorização da informação em função de sua atualidade favorece uma espécie de *amnésia permanente* que leva a uma propensão de se julgar os produtores e produtos segundo a oposição do novo e do ultrapassado.

É importante sublinhar que as notícias, ainda que ajudem as pessoas a interpretar a realidade, não a interpretam por si mesmas. A visão de Park, nesse sentido, está muito marcada pelo ideal da objetividade das notícias e por uma tentativa de separar sempre a opinião da informação. (BERGANZA, 2000)

Que tipo de conhecimento é proporcionado pela notícia? Robert Park (1972) foi um dos primeiros teóricos que caracterizou as notícias como uma forma de conhecimento. Em abordagens anteriores, quando o método científico foi escolhido como o único parâmetro adequado para conhecer e dominar o mundo, toda a tentativa de conhecimento estabelecida à margem deste padrão foi desmoralizada, inclusive o jornalismo.

Utilizando-se das distinções entre as duas formas de conhecimento⁷ apontadas por William James Park sublinha que as diferentes formas de conhecimento têm funções distintas na vida das pessoas e da sociedade e não devem ser consideradas como um único tipo de conhecimento, mas como possuindo níveis distintos de precisão e de validade. O autor afirma ainda que, entre a

⁷ Park (1972) explica que os dois tipos de conhecimento observados por William James são o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de”. O “conhecimento de” adquirimos mais através do uso e do hábito do que de qualquer espécie de investigação formal ou sistemática. Já o “conhecimento acerca de” é formal, racional e sistemático, que atingiu certo grau de precisão e exatidão, substituindo a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras.

familiaridade com as coisas e o conhecimento delas, existe um *continuum* no qual podem situar-se todas as formas de conhecimento, incluindo as notícias.

Acerca da natureza e da função das notícias, Park afirma que as notícias proporcionam um tipo de conhecimento distinto da história, pois se referem a acontecimentos isolados e não procuram relacioná-los uns aos outros.

Como forma de conhecimento, a notícia não cuida essencialmente nem do passado nem do futuro, senão do presente – e por isso foi descrita pelos psicólogos como o presente “especioso”. [...] A notícia só é notícia até o momento em que chega às pessoas para as quais tem “interesse noticioso”. Publicada e reconhecida a sua significação, o que era notícia se transforma em história. (PARK, 1972).

Eduardo Meditsch (1997) lembra que outras correntes teóricas oferecem bases de apoio não só para aceitar como também para definir a especificidade do jornalismo enquanto conhecimento. No processo de produção do conhecimento, defende o autor, o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. Pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. A reprodução deste conhecimento pelo jornalismo também se realiza de uma forma diferenciada.

O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social. (MEDITSCH, 1997)⁸.

No entanto, a produção de conhecimento pelo jornalismo tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los. As notícias, produto do jornalismo, são ferramentas capazes

⁸ Documento eletrônico.

de gerar opinião pública e de mover a ação política, gerando conversação, comentários e discussões acerca dos assuntos pautados. Gabriel Tarde (1986, p.138-139) afirma que:

O jornal é uma carta pública, uma conversação pública que, tendo a sua origem na carta privada, isto é, na conversação privada, passou a converter-se no seu regulador fundamental e no seu fornecedor de conteúdos mais abundante [...] Começou por ser um eco prolongado das conversações e das correspondências e acabou por constituir a fonte, quase única, que alimenta outras.

Tanto o poder econômico, no controle indireto, como o poder político, no controle direto das mensagens, buscam o pleno desempenho da ordem social estabelecida. Enquanto os veículos de comunicação estatais estão sujeitos ao poder político e devem todas as satisfações ao Estado, os veículos sob controle privado, mesmo em países democráticos industrialmente desenvolvidos, têm uma liberdade vigiada, onde uma violação pode causar a suspensão ou o cancelamento da concessão, quando atrelado aos veículos eletrônicos como rádio e televisão.

O poder econômico, representado por diversos interesses e também identificado pelos mais sólidos anunciantes nacionais e multinacionais, desenvolve formas de pressão e influência, inspiração e controle dos meios de comunicação. O caráter de um veículo, a qualidade da informação que transmite e a natureza do seu pensamento podem ser medidos pela resistência que oferece às pressões e influências de grupos de poder. Isso quando o jornal não se transforma em simples porta-voz desses grupos, sujeito ao seu controle. A avaliação do vínculo dos meios de comunicação com o poder econômico ou político que os tutela acaba destruindo alguns mitos do jornalismo, como a imparcialidade. Juarez Bahia (1990) afirma que "[...] a neutralidade é um logro se examinado em face do espaço político que cada veículo atribui à notícia em função dos seus custos." O campo da comunicação social não se constitui apenas num lugar de 'acolhimento' das compreensões e os processos de interação social, em torno das quais se estabelecem e se articulam as compreensões e os processos de interação social. Pelo contrário, este campo se destaca como agente que, dispondo de regras e poderes específicos, dá conta de operar a própria construção dos sistemas de representações. (FAUSTO NETO, 1991).

Na sociedade contemporânea, os meios de comunicação funcionam como agentes de transformação social. Isso se dá porque eles mantêm o controle social ou o processo pelo qual são provocados estímulos para agir eficazmente sobre pessoas ou grupos, produzindo respostas que funcionam no ajustamento. Harvey Molotch e Marilyn Lester (*apud*⁹ Traquina, 2001) ressaltam que “[...] a já vasta literatura sobre a produção de notícias reconhece o poder do jornalismo, não só na projeção social dos assuntos sociais, mas também no enquadramento desses assuntos como fonte de discussão pública.” Em um estudo realizado em 1979, Shaw relata que a hipótese do *agenda setting*, em consequência da ação dos meios de informação, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, E. *apud* WOLF, 2001, p.144).

Os veículos de comunicação têm responsabilidade em relação à sociedade. Esta responsabilidade se mantém, pouco importando se eles são públicos ou privados, ou se o controle e o julgamento do que é divulgado é feito interna ou externamente. Por outro lado, os cidadãos têm o direito de ter acesso às informações. Murilo Ramos (2002) considera o direito à comunicação como um direito de quarta geração. Os direitos civis seriam os direitos de primeira geração, os direitos políticos, segunda geração, e os direitos sociais, terceira geração. Os avanços tecnológicos no mundo da informação e da comunicação, enquanto nova forma de organização hegemônica do capitalismo, retomam a necessidade de um debate sobre o direito à comunicação.

A reivindicação de uma democratização da comunicação [...] compreende evidentemente o fornecimento de meios mais numerosos e mais variados a um maior número de pessoas, mas não se pode reduzir simplesmente a alguns aspectos quantitativos [...]. Significa também algumas possibilidades maiores –

⁹ MOLOTCH, H.; LESTER, M. News as Purposive Behavior: on the Strategic Use of Routine Events, Accidents and Scandals. **American Sociological Review**, Washington, DC, v. 39, n.1, p. 101-112, 1974.

para as nações, as forças políticas, as comunidades culturais, as entidades econômicas e os grupos sociais – de intercambiar informações num maior plano de igualdade, sem um domínio sobre os elementos mais fracos e sem discriminações contra ninguém. (RAMOS, 2002).

O difícil reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo dá-se devido ao fato da comunicação ser entendida como a principal garantidora da ordem vigente. Ramos (2002) afirma que “[...] um dos maiores desafios por um Estado democrático contemporâneo é o de resgatar o espaço público como espaço formador das políticas sociais mediante a inclusão crescente de todos os atores sociais relevantes.” Mas na contemporaneidade, em que o espaço público é constituído fortemente pelos meios de comunicação, esses atores sociais encontram-se quase que totalmente excluídos. Garcia Canclini (1995) defende a tese de que, com o enfraquecimento da política e a consequente descrença nas instituições, outros modos de participação se fortalecem. As pessoas começam a perceber que suas perguntas recebem resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos.

Os meios de comunicação não são somente lugares de conservação da ordem vigente e de reprodução da ideologia dominante, mas também são espaços de embate dos diversos sentidos sociais, portanto onde é possível a promoção da transformação social. Nela, sentidos novos, não esperados, não controlados podem ser produzidos e difundidos. Como alerta Fairclough (2001, p.25) “os discursos são históricos e, destarte, só podem ser entendidos em referência a seus contextos”.

3.2 Fontes de informação: a luta pelo poder no campo jornalístico

As teorias construcionistas¹⁰ argumentam que é difícil distinguir entre a realidade e as notícias, pois justamente as notícias ajudam a construir a própria realidade. Defendem também que a linguagem não é neutra, por isso não pode ser transmissora direta do significado de um determinado acontecimento. Esse paradigma se baseia em fatores de ordem econômica e organizacional para entender a notícia como uma forma de construção da realidade.

A partir do paradigma das notícias como construção social, emergem duas novas teorias – estruturalista e interacionista. Para ambas as teorias, como afirma Traquina (2004), “[...] as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização.” Como consequência disso, a interação entre jornalistas e fontes de informação faz da notícia uma ferramenta importante do governo e das autoridades estabelecidas, e as notícias tendem a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos. Nos estudos já realizados sobre a cobertura da Aids pela mídia, é comprovado o domínio de fontes oficiais¹¹ em detrimento das pessoas que vivem com a doença.

Por outro lado, a teoria interacionista defende que o papel dominante das fontes oficiais não é automático, e sim resultado de uma ação estratégica. Assim, a posição dominante das fontes

¹⁰ Traquina (2004) explica que as teorias construcionistas (estruturalista e interacionista) surgem nos anos 70, com a emergência de um paradigma que é totalmente oposto à perspectiva das notícias como ‘distorção’ e que também põem em causa diretamente a própria ideologia jornalística e a sua teoria das notícias como espelho da realidade.

¹¹ A partir do diálogo de nossa pesquisa com estudos já realizados sobre fontes de informação em HIV/Aids, tomamos por base a classificação de fontes em oficiais (fontes mantidas pelo Estado, por instituições e organizações governamentais), não-oficiais (fontes desvinculadas de uma relação de poder) e fontes anônimas (pessoas a quem o jornalista atribui opiniões, sem ser revelada a identidade). Outras classificações poderiam ser utilizadas neste trabalho, mas o objetivo da pesquisa não é o de estabelecer uma tipologia de fontes, e sim verificar o movimento de legitimação de determinadas fontes e o silenciamento de outras.

oficiais é uma conquista. Traquina (2004) lista quatro recursos que as fontes devem possuir para impor seus acontecimentos na agenda dos jornalistas e determinar seus enquadramentos na luta simbólica em torno do processo de construção de sentido: o capital econômico; o capital institucional, ou seja, o grau de institucionalização da fonte; o capital sociocultural, na forma de autoridade, “saber” e credibilidade; a estratégia e as táticas de comunicação.

No entanto, se as fontes de informação se apoiam na representatividade, credibilidade e autoridade para “negociar” com os jornalistas os significados de um acontecimento, o profissional da comunicação deve ter a capacidade de selecionar a informação de acordo com critérios jornalísticos e saber cultivar as fontes. Como enfatiza Jorge Pedro Sousa (2005), “[...] as informações que uma fonte disponibiliza ao jornalista devem ser enquadradas e tratadas sem adulteração, mas também devem ser, por princípio, verificadas.” Principalmente quando a notícia trata de situações que envolvem interesses de várias partes.

A relação entre fontes de informação e jornalistas é, muitas vezes, uma relação de luta e negociação, marcada por uma disputa geralmente desigual entre os diversos tipos de fontes. As rotinas de trabalho, os critérios de noticiabilidade e outros constrangimentos profissionais transformaram o acesso ao campo jornalístico um bem estruturado socialmente. Segundo Philip Schlesinger (1978), as fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade.
(GANS, 1979)

A existência de jornalistas e fontes de informação com vários níveis de autoridade e acesso em um processo dinâmico também é defendida por Santos (2004). O autor desenvolve o conceito de campo de notícia, no qual se estabelece a complexidade da interação dos agentes sociais envolvidos na construção da notícia. Santos reformula os conceitos de campo jornalístico, de Bourdieu (1997), e campo estruturado, de Schlesinger (1990). No conceito de campo jornalístico opõem-se dois polos: os jornais que propõem análises, comentários e valores, chamados de polo intelectual, e os jornais que oferecem notícias sensacionalistas e visam à venda e às audiências, denominadas polo comercial. Schlesinger vai destacar as fontes de informação inseridas em um campo no qual se estabelece a luta pelo acesso aos meios de comunicação.

No campo estruturado, as fontes de informação se utilizam de diversos recursos possíveis dentro de um quadro de constrangimentos e desafios. No conceito desenvolvido por Santos (2004), “[...] campo de notícia é um espaço de relações sociais em torno de um *enjeu* ou desafio com ganhos e perdas por parte dos agentes intervenientes.” Desta forma, como define o autor, constrói-se um campo de luta sujeito ao conflito e à negociação entre jornalistas e fontes de informação.

As relações estabelecidas entre jornalistas e fontes dependem do peso da informação fornecida, da confiança depositada pela fonte no jornalista e do tempo disponível para a elaboração da notícia. A seleção e o cultivo de fontes de informação estão relacionados diretamente aos constrangimentos temporal, espacial e organizacional que o jornalista enfrenta na rotina de produção das notícias. Santos (2004) explica que o jornalista aceita melhor as fontes oficiais, porém elas nem sempre dão a resposta pretendida de imediato. Primeiro, porque há que ponderar a altura certa para divulgar a resposta. Segundo, porque não se tem a certeza total da eficácia da informação e se espera que outros agentes se pronunciem sobre o assunto. Terceiro, porque à fonte oficial nem

todos os jornalistas ou meios noticiosos interessam. A escolha destes é feita com critério pela fonte, tendo em conta o prestígio do jornalista ou do jornal.

Lorenzo Gomes (2004) ressalta que os meios de comunicação estão tecnicamente interessados em entrar em contato com as fontes oficiais, assim como as fontes são interessadas em que alguns fatos sejam conhecidos, seja por meio de uma comunicação direta de notícias ou por uma programação habitual de atividades. “O acordo entre o meio que precisa de notícias e a fonte que deseja que se saiba algum fato passa pelo conceito de notícia.” (GOMES, 2004, p.103). Isto porque, se a fonte prova que tal fato deve ser notícia, ou melhor, possui os critérios jornalísticos de noticiabilidade, não se supõe que o meio de comunicação torne pública essa informação para favorecer ou prejudicar a imagem de alguém, mas simplesmente porque é um fato que interessa à sociedade conhecer.

Molotch e Lester (1993) estão entre os primeiros a dedicar maior atenção às fontes emissoras, tendo como ponto de partida o conceito de promotor. O acontecimento, explicam os autores, possui três níveis de categorias: primeiro, aparecem os promotores, interessados em divulgar certos acontecimentos para uso público e impedir certas ocorrências de atingir o grau de acontecimentos; segundo, os jornalistas, que, recebendo o material dos promotores, transformam as ocorrências em acontecimentos públicos através da publicação ou emissão; terceiro, os leitores, que observam os acontecimentos tornados visíveis pelos meios de comunicação e criam na sua mente um sentido de tempo público¹².

A importância das fontes de informação na construção da notícia é indiscutível dentro do campo jornalístico. Traquina (1993) propõe também três considerações sobre a importância das

¹² Santos (2003) critica essa teoria no momento em que não esclarece o papel do jornalista na aceitação e divulgação do acontecimento proposto pela fonte. Também não se sabe qual o acesso de grupos dissidentes na divulgação de uma ocorrência.

fontes de informação no trabalho jornalístico: o relacionamento entre jornalista e fonte é sagrado e protegido pela lei; fontes não são desinteressadas, por isso é preciso que provem sua credibilidade; e quanto mais alta é a posição do informador, mais credível é a fonte de informação.

O imprescindível nesta relação de troca que se estabelece entre as partes é que o jornalista obedeça algumas regras inerentes à prática do jornalismo, como a contrastação de fontes. Em muitos casos, os constrangimentos provocados pelo horário de fechamento da edição do jornal, programa de TV ou rádio, por exemplo, levam o profissional a confiar piamente em apenas uma versão do fato. Silvana Dalmaso (2002, p.9) explica que “[...] atualmente, muitas vezes são eleitas fontes de informação oficiais e oficiosas que passam a consagrar-se como a ‘voz da sociedade’, escondendo ou suprimindo publicamente conflitos sociais.” A procura pelas fontes oficiais também passa pelo conceito da representatividade.

As fontes oficiais por representarem instituições de poder e exercerem também certo controle e responsabilidades são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, ficando em segundo plano os representados, os que não têm a influência de uma autoridade, os que não possuem um cargo representativo. (DALMASO, 2002).

Há, portanto, um conjunto de razões, como afirma Mauro Wolf (2003), que levam as fontes não-oficiais a terem pouco ou nenhum espaço para sua representação junto à opinião pública. Essas razões são determinantes na elaboração do discurso jornalístico, que, por sua vez, irá influenciar na maneira como a sociedade se apropria dos acontecimentos.

A visibilidade e a especialização de organizações não-governamentais têm contribuído para o acesso das fontes não-oficiais aos meios de comunicação. Segundo Santos, as fontes não-oficiais têm aumentado seu campo de manobra, no sentido da criação de agendas próprias. “Para além das fontes oficiais, os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às

histórias e levam à construção de notícias escandalosas e dramáticas.” (SANTOS, 2004). O interesse de jornalistas especialistas em cobrir as contradições de ideias e projetos alternativos também colabora para o acesso dos grupos com poucos recursos à mídia.

Neste sentido, o estudo das fontes de informação tem constituído um aspecto central da pesquisa sobre jornalismo. Antes de chegarem à sociedade, as informações provenientes das fontes são submetidas a um processamento de enquadramento, que irá contribuir para a construção de um significado. Cabe, assim, esclarecer os tipos de fontes consultadas e quais ficaram de fora.

3.3 Discurso polifônico

A partir da observação dos sujeitos que constituem o discurso jornalístico – a empresa, o jornalista e as fontes que estão presentes na notícia. Para mapear as vozes que constituem o discurso jornalístico, entendemos que o locutor pode se apresentar de diversas formas, que não são apenas as das fontes de informação explícitas ou em *off*. O jornalista que assina, o jornalista que escreve sem assinar, mas que repassa a identificação imediata ao veículo, o leitor que assina uma carta e o articulista que assina um artigo também são sujeitos constituintes do discurso. Além destes diversos outros profissionais estão envolvidos na produção da notícia, o editor, o pauteiro, o chefe de redação e, no caso de jornal impresso, o diagramador, o fotógrafo e outros envolvidos com a escolha da localização da notícia, seu destaque e recursos utilizados.

Verificamos assim, que o texto é composto por diversas vozes – sujeitos da enunciação, ou seja, a imagem que o discurso constrói sobre aquilo do que se fala. Mikhail Bakhtin (1979), que influenciou os estudos da linguagem a partir das ideias de polifonia e dialogismo, defende que o discurso se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias.

Para o autor, o dialogismo é a condição do sentido do discurso. O princípio dialógico decorre da interação que se estabelece entre os sujeitos no texto. Desta forma, o texto também é

entendido como o objeto dos estudos da linguagem, além do sujeito. Ao tratar do dialogismo, Bakhtin, nos estudos de Jacqueline Authier, “há uma negociação entre a heterogeneidade mostrada *na* linguagem e a heterogeneidade constitutiva *da* linguagem, onde o sujeito localiza o *outro* e delimita o seu lugar movido pela ilusão do centro, de ser a fonte do discurso.”

Para Bakhtin, a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem. Neste caso, o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos. O autor defende assim que a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem, mas também constrói os próprios sujeitos produtores do texto. No campo jornalístico, o conceito de intersubjetividade vem reforçar a visão do paradigma construcionista de que a notícia é um produto resultado da interação entre os diversos sujeitos inseridos no processo. Estes sujeitos podem ser concretos, presentes no ato de interação verbal, ou presentes de outra forma através de questões subjetivas e não explícitas.

Assim, como o discurso não é produzido individualmente, porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores, também é fruto da relação entre outros discursos. Como lembra Diana Barros (1997), o dialogismo de Bakhtin “[...] define o texto como um ‘tecido de muitas vozes’, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto.” Os textos são diálogos porque resultam do embate de muitas vozes, mas o efeito produzido não é necessariamente o de polifonia. Por isso, é necessário distinguir dialogismo e polifonia, como faz Barros (1997): “[...] nos textos polifônicos, os diálogos entre discursos mostram-se, deixam-se ver ou entrever; nos textos monofônicos, eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.” Sem polifonia, a partir da perspectiva de Oswald Ducrot (1987), estamos diante de um discurso falsamente plural. Podemos, por exemplo,

dar voz a diversas fontes em uma reportagem, e mesmo assim o sentido do enunciado ser monofônico, pois todos os sujeitos enunciam sob a mesma perspectiva.

Retomando o conceito de Bakhtin e operando-o em um nível linguístico, Ducrot mostra como, mesmo em um enunciado isolado, é possível detectar mais de uma voz. Como o próprio autor definiu, seu trabalho consiste em substituir o pressuposto da unicidade do sujeito falante, apenas questionada a partir do momento em que Bakhtin elaborou o conceito de polifonia. Para identificar o caráter monofônico ou polifônico do discurso, Ducrot diferencia locutores e enunciadorees. O locutor é o sujeito que fala e que pode ser identificado como o responsável, ao menos imediatamente, pelo enunciado.

Por definição, entendo como locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. [...] o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. Há de fato casos em que [...] o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser, apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado. (DUCROT, 1987)

A complexidade maior recai sobre o estudo dos enunciadorees. Segundo Ducrot, pode acontecer de o sentido do enunciado fazer surgirem vozes que não são as de um locutor, mas de enunciadorees, seres dos quais a enunciação¹³ expressa o ponto de vista, a posição, a atitude, mas não necessariamente as palavras. Desta forma, o locutor é quem fala, o enunciadoree é aquele “a partir de quem se vê”. Como explica Machado (2005), “[...] o enunciadoree deve ser identificado, na análise de vozes, como a perspectiva a partir da qual o enunciadoree enuncia. Essa perspectiva está diretamente

¹³ Ducrot (1987, p.168) designa por enunciação “[...] o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado.” O autor escolhe uma definição da enunciação que não contenha necessariamente uma fonte como seu autor, como, por exemplo, as “enunciações históricas”, nas quais o sentido dos enunciados não exhibe nenhum autor de sua fala. Para Ducrot, certas enunciações não aparecem como produto de uma subjetividade individual, não atribuindo a nenhum locutor a responsabilidade de sua enunciação.

associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas.”

Em uma análise de como essas vozes se constituem no discurso jornalístico, podemos pensar em uma reportagem, por exemplo, com quatro fontes consultadas. Em princípio, teríamos cinco locutores (o repórter e as fontes), o que nos levaria a concluir que o texto é polifônico. No entanto, é preciso também, em uma segunda instância, analisar as perspectivas de enunciação. Se todos os locutores enunciarem sob a mesma perspectiva, apenas complementando-se uns aos outros, podemos dizer que configuram um único enunciador. Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, constituído por cinco vozes diferentes, que na verdade é monofônico, pois possui um único enunciador.

Uma situação oposta também é possível, quando um mesmo locutor se posiciona de diversas perspectivas em um mesmo discurso, e o que seria um texto monofônico pode ser, na verdade, polifônico. “Embora pareça estranho, este é o tipo de movimento de vozes presente em alguns editoriais, por exemplo, quando a empresa jornalística não quer se posicionar claramente.” (MACHADO, 2005).

O discurso jornalístico, considerado como uma modalidade de *discurso sobre* (no qual o jornalista busca relatar a verdade), atua na institucionalização social de sentidos, como defende Bethania Mariani (1998).

Fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades, o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária [...] No discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si.

O contrato de leitura que se configura entre jornalistas, fontes e leitores é necessário para compreendermos o funcionamento do discurso jornalístico. Como explica Machado (2005), “[...] um contrato é firmado social e simbolicamente sobre normas que definem os papéis dos interlocutores e os deveres, permissões e interdições concernentes a cada um.” No jornalismo, o contrato de leitura se mantém a partir dos pressupostos de que o jornalista não mente, só recorre a fontes credíveis e cruza fontes e versões, entre outros. Mesmo que seja ilusória, a credibilidade dos jornalistas e das fontes envolvidas no processo da construção da notícia é que contribuirá para não abalar o contrato ofertado com o leitor.

A noção de ilusão discursiva, criada por Michel Pêcheux, como lembram Márcia Machado e Nilda Jacks (2001), também é determinante na verificação da relação dos jornalistas com as fontes da informação.

É comum que o jornalista se utilize não só da visão sobre a realidade fornecida pelas fontes, mas também de suas expressões. Em muitos momentos, assume as perspectivas de enunciação de outros pensando serem as suas. No momento em que produz o texto, considera-se dono deste discurso, seu autor. (MACHADO; JACKS, 2001)¹⁴.

As autoras lembram ainda que o esquecimento é parte constitutiva da ação discursiva do sujeito e confirma a noção de que todo discurso é o encontro de muitas vozes – não apenas as que falam em nome do sujeito, mas também as que não falam. A partir da enunciação é que se define o discurso jornalístico. Partindo dessa premissa, podemos mostrar o que no jornalismo impresso permanece oculto, quem fala e a partir de que posição ideológica.

A produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, definidos por Eni Orlandi (1993) como processo parafrástico e processo polissêmico. O processo parafrástico é o que

¹⁴ Documento eletrônico.

permite a produção do mesmo sentido sob várias formas, e o processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes. “Esta tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem. Uma consequência da distinção desses dois processos é a diferença entre criatividade e produtividade.” (ORLANDI, 1993). A produtividade se dá pela obtenção de variados elementos através de operações que são sempre as mesmas e que procuram manter o que está instituído. Já a criatividade instaura o diferente na linguagem, na medida em que cria novas formas, novos sentidos, podendo realizar uma ruptura com o *status quo*.

Para a análise dos produtos discursivos resultados da interlocução, Orlandi elaborou uma tipologia de discursos a partir da interação dos sujeitos e a relação de polissemia e paráfrase, dividida em autoritário, polêmico e lúdico. O tipo autoritário é o que tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade. O tipo polêmico apresenta um equilíbrio entre polissemia e paráfrase, em que a reversibilidade é disputada pelos interlocutores, havendo a possibilidade de mais de um sentido. Já o tipo lúdico tende para total polissemia, em que a reversibilidade é total.

Esses conceitos são importantes para identificar os sentidos nas enunciações e, assim, verificar se o discurso é polifônico ou monofônico. Berger (1998) defende que “[...] o discurso jornalístico é duplamente polifônico (composto de múltiplas vozes), indicando um potencial polissêmico (possibilidades plurais de sentido) que, no entanto, tende à paráfrase (ao mesmo), inscrevendo-se no tipo autoritário.”

O jornalismo, entendido como construtor de sentidos sobre a realidade, é um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea. Deste modo, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo representativo dessa complexa estrutura social na qual estamos inseridos. Por trás de aparentes

polifonias, a partir da verificação de múltiplos locutores, muitas vezes escondem-se discursos essencialmente monofônicos, o que vai de encontro ao compromisso social do campo jornalístico.

3.4 Contextualização do objeto

A necessidade de conceituar a fonte e definir formas de como tratá-la se materializou, principalmente, em manuais de redação dos jornais brasileiros de referência. Para analisarmos nesta pesquisa a configuração das fontes de informação utilizadas pelos jornais de referência: Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil é necessário primeiramente identificarmos como esses jornais abordam, nos seus manuais, as diferentes questões concernentes às fontes.

Na edição do Manual Geral da Redação da Folha de S. Paulo publicada em 1987, a fonte era descrita como “[...] quem fornece informações ao jornal por iniciativa própria ou por solicitação de um jornalista.” (MANUAL GERAL., 1987). Como afirma Manuel Carlos Chaparro (2005), o jornal deixava claro que se deve às fontes a matéria-prima utilizada pelo jornal. O manual afirmava também a importância de se cultivar o relacionamento com as fontes para o exercício de um trabalho jornalístico completo, mas alertava que o jornalista não deveria submeter-se às fontes ou desfrutar de sua intimidade.

Nas edições seguintes do Manual da Redação, publicadas em 1992 e 2001, a Folha de S. Paulo destacou a importância de consultar um número maior de fontes para a realização da reportagem, utilizando-se das práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado.

A Folha de S. Paulo também criou uma tipologia de fontes e concentrou-se na necessidade de hierarquizá-las de acordo com o grau de confiança das informações fornecidas. O jornal distinguiu as fontes em quatro tipos:

- *Fonte tipo zero*: Escrita e com tradição de exatidão ou gravada sem deixar margem a dúvida, documentos emitidos por instituição com credibilidade etc.
- *Fonte tipo um*: É a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. Tem um histórico de confiabilidade. Fala com conhecimento de causa, está muito próxima do fato que relata e não tem interesses imediatos na sua divulgação. A Folha admite que informações vindas de uma fonte tipo um sejam publicadas sem checagem com outra fonte.
- *Fonte tipo dois*: Tem todos os atributos da fonte tipo um, menos o histórico de confiabilidade. Toda informação dessa fonte deve ser cruzada com pelo menos mais uma fonte antes de publicada.
- *Fonte tipo três*: A de menor confiabilidade. É bem informada, mas tem interesses (políticos, econômicos etc.) que tornam suas informações nitidamente menos confiáveis.

Apesar desta classificação, o jornal enfatizou que “a classificação de uma fonte varia conforme as circunstâncias políticas, o relacionamento pessoal da fonte com o jornalista, a atitude dela em relação ao veículo que o profissional representa.” (NOVO MANUAL, 1992).

O Manual de Redação e Estilo do jornal O Globo, publicado em 2001, não realizou uma classificação das fontes, mas se preocupou, assim como o jornal Folha de S. Paulo, em proteger as fontes de informação às quais prometeu anonimato. “Essa proteção será mantida até mesmo diante de interpelação judicial, assumindo a empresa jornalística os ônus pela defesa de seus profissionais que se recusarem a identificar suas fontes.” (GARCIA, 2001).

O direito ao anonimato só desaparece se o jornal se convence de que a fonte lhe forneceu

informação falsa. O Globo também listou os casos em que não aceita o *off the record*¹⁵: opiniões pessoais, principalmente de políticos e ocupantes de cargos políticos em geral; acusações ou denúncias sem provas concretas; notícia que revela transparente desejo de promoção pessoal do informante. Para conhecermos um pouco melhor os jornais brasileiros de referência escolhidos para esta pesquisa, a seguir traçamos um breve histórico de ambos os periódicos.

O Estado de S. Paulo (SP)

Foi fundado, com base nos ideais de um grupo de republicanos, em 4 de janeiro de 1875. Nessa época, o jornal se chamava A Província de São Paulo e foi o pioneiro em venda avulsa sistemática no país, fato pelo qual foi ridicularizado pela concorrência (Correio Paulistano, O Ipiranga e Diário de S. Paulo). A venda avulsa foi impulsionada pelo imigrante francês Bernard Gregoire, que saía às ruas montado num cavalo e tocando uma corneta para chamar a atenção do público — e que, décadas depois, viraria o próprio símbolo do jornal — aumentou a tiragem do jornal.

A mais antiga de todas as seções, conhecida como "Notas e Informações", sempre localizada na página 3, manteve a tradicional postura do jornal de unir, em seus editoriais, conservadorismo político e liberalismo econômico, sendo uma das colunas mais emblemáticas de O Estado de S. Paulo, identificado com o pensamento "conservador" ou "liberal" no Brasil. Entretanto, desde o golpe militar de 1964, e principalmente após 1968, o jornal vem tomando posições mais liberais também no âmbito social e político, como a defesa em editorial da legalização do aborto no Brasil,

¹⁵ *Off the record* significa em inglês “fora dos registros”. É a informação de fonte que se mantém anônima.

as críticas ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e ao presidente francês Nicolas Sarkozy, além de apoiar a candidatura da ex-presidente de centro-esquerda do Chile, Michelle Bachelet.

Em 25 de setembro de 2010, em um editorial intitulado "O mal a evitar", o jornal declarou abertamente o seu apoio ao candidato José Serra na eleição presidencial no Brasil em 2010, afirmando que o candidato é "o que tem melhor possibilidade de evitar um grande mal para o País", e criticando o presidente Luís Inácio Lula da Silva pelas suas acusações de que a imprensa brasileira estaria se comportando "como um partido político" e pela "escandalosa deterioração moral" de seu governo.

Folha de S. Paulo (SP)

Fundada em 19 de fevereiro de 1921 com o nome Folha da Noite, foi apenas em 1º de janeiro de 1960 que adotou o nome de Folha de S. Paulo, com a unificação dos três títulos da empresa ("Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha da Noite"). Em 1967, o jornal foi pioneiro na impressão *offset* em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil. Em 1971, a Folha de S. Paulo abandonou a composição a chumbo e se tornou o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição. Na década de 80, tornou-se o jornal mais vendido no país. O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Organizado em cadernos temáticos diários e suplementos, tem circulação nacional. Em junho de 1981, foi elaborado um documento de circulação interna que se estabeleceu como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixou três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões.

Em 1983, o jornal teve a primeira Redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador. Em 1992, a Folha de S. Paulo se consolidou como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares). A primeira página passou a circular colorida todos os dias. Em 1994, com o lançamento do "Atlas Folha/The New York Times" em fascículos, o jornal bateu recorde de tiragem e de vendas na história de jornais e revistas do país no dia de lançamento (1.117.802 exemplares) e nas semanas subsequentes.

Atualmente, é o jornal de maior circulação em todo o país. Em 2009, a média diária de circulação foi de 307.703 exemplares, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC)¹⁶. O conteúdo do jornal também é disponibilizado na íntegra para seus assinantes na internet, oferecendo também outros produtos na versão *online*.

O Globo (RJ)

O jornal foi fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho, falecido 21 dias após a fundação do jornal. *O Globo* foi então herdado por seu filho Roberto Marinho, que somente assumiu o controle da empresa em 1931. Por meio do jornal, da venda de história em quadrinhos e investimentos no ramo imobiliário, Roberto Marinho conseguiu criar um poderoso conglomerado de empresas de mídia, as Organizações Globo, hoje constituída pela TV Globo, Rádio Globo, Editora Globo e demais veículos.

Entre os anos de 1930 e 1980, "O Globo" foi o campeão de circulação no Brasil. Durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal criou um projeto que encaminhava informações a respeito do país para os soldados brasileiros que participavam no *front* da guerra. Esse empreendimento foi denominado Globo Expedicionário. Em 1962 Roberto Marinho assinou um contrato de colaboração

¹⁶ Documento eletrônico.

entre a Globo e o grupo Time-Life. O acordo foi questionado por permitir que uma empresa estrangeira, tivesse interesses em uma empresa nacional de comunicações. Mas o acordo deu vantagens decisivas ao grupo e foi decisivo na consolidação de sua posição de liderança nacional no ramo da comunicação social. Tornou-se o primeiro jornal brasileiro a circular aos domingos, em 1972. A versão eletrônica do jornal foi lançada em 1996.

Jornal do Brasil (RJ)

Fundado em 1891 por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com intenção de defender o regime deposto. De nível elevado, contava com a colaboração de José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Aristides Spínola, Ulisses Viana, o Barão do Rio Branco e outros como Oliveira Lima, então apenas um jovem historiador. O periódico inovou por sua estrutura empresarial, parque gráfico, pela distribuição em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros, como Eça de Queirós. O seu primeiro número veio a público em abril. De orientação conservadora, defendia a monarquia recém-derrubada, até que Rui Barbosa(1849-1923) assumiu a função de redator-chefe (1893). Nesta fase inicial, o Barão do Rio Branco(1845-1912) colaborou, em suas páginas, com as célebres colunas Efemérides e Cartas de França. A redação do jornal foi atacada (empastelada, como se dizia na época) em 16 de dezembro de 1891, dias após a morte de Pedro II do Brasil.

Por ter sido o único periódico da então Capital a publicar o manifesto do Contra-Almirante Custódio de Melo quando da eclosão da Segunda Revolta da Armada (6 de setembro de 1893), o presidente da República, Floriano Peixoto (1891-1894), determinou o fechamento do jornal e mandou caçar Rui Barbosa, vivo ou morto. O jornal, fechado, assim permaneceu por um ano e quarenta e cinco dias.

A partir de 15 de novembro de 1894 voltou a circular, sob a direção da família Mendes de Almeida. A opção pela data assinalava o apoio à República, e a sua nova proposta editorial voltava-

se para as reivindicações populares. Foi propriedade dos Conde e Condessa Pereira Carneiro e depois de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito. Nos anos 1950, o artista plástico Amílcar de Castro revolucionou o design de jornais no Brasil, com a reforma gráfica para o JB. Em 2001, a família Nascimento Brito arrendou o título do jornal para o empresário Nelson Tanure por 60 anos, renováveis por mais 30. A intenção do empresário, conhecido por comprar empresas pré-falimentares, saneá-las e depois revendê-las, era recuperar o prestígio do jornal. Naquele ano, as vendas do jornal eram de 70 mil em média durante a semana e 105 mil aos domingos.

Em 2005, o JB instalou-se na Casa do Bispo, imóvel histórico e representativo do colonial luso-brasileiro, datado do início do século XVII, que já serviu de sede à Fundação Roberto Marinho. A partir de 16 de abril de 2006 começou a circular nas bancas no chamado "formato europeu", um formato maior que o tabloide e menor que o convencional, seguido por diversos jornais daquele continente. Em 2008, o Jornal do Brasil realizou uma parceria de digitalização com o buscador Google que resultou no livre acesso em texto completo das edições digitalizadas das décadas de 30 a 90, que podem ser acessadas pelo *link* Acervo histórico digitalizado do Jornal do Brasil

Em julho de 2010, foi anunciado o fim da edição impressa do jornal que, a partir de 1 de setembro do mesmo ano, existiria somente em versão *online*, com alguns conteúdos restritos a assinantes, o JB Premium. O JB agora autodenomina-se "O Primeiro jornal 100% digital do País!"

3.5 *Corpus*

Um estudo de fontes de informação sobre tuberculose no jornalismo impresso brasileiro demandava um *corpus* que pudesse ser representativo da produção jornalística existente. A escolha dos jornais diários Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil foi definida primeiramente pela regra da representatividade dos jornais. Escolhemos dois representantes do jornalismo de referência, em cada um dos maiores estados do país, que subsidiam a produção de notícias para diversos veículos de comunicação os primeiros em circulação no país, segundo informações do Instituto de Verificação de Circulação (IVC).

Em segunda instância, utilizamos a regra da exaustividade, incluindo todos os documentos relativos ao assunto pesquisado (informativos e opinativos) publicados durante o ano de 2009. Escolhemos o período de um ano “cheio” (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) para perceber as nuances existentes durante todo o ano, principalmente no que se refere às datas que lembram a epidemia, como o Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose em 24 de março. Escolhemos o ano de 2009 por ser, então, o último ano “cheio” anterior a esta pesquisa, como forma de realizarmos um estudo o mais atualizado possível.

A coleta do material foi realizada através do *clipping* do Ministério da Saúde, material que pode ser acessado através de autorização e fornecimento de senha pela área de Comunicação do Ministério da Saúde. O órgão contratou a empresa Saúde em Pauta para a realização diária de *clipping* sobre notícias relacionadas à saúde. O material fica arquivado virtualmente e está à disposição mediante autorização.

Foram localizadas 677 matérias com citação do termo "tuberculose". Observando melhor, constatou-se que grande parte das veiculações se restringia a mera citação do termo, sem qualquer

aprofundamento ou desenvolvimento de algum tema. Em geral trata-se de alguma listagem de agravos ou de parte da biografia de alguém (em geral político ou artista), que tenha sido paciente ou quando do nome completo do Fundo Global de Aids, Tuberculose e Malária.

Em geral as citações não correspondem a uma valoração maior, não se trata de serem positivas ou negativas, mas apenas citadas sem qualquer aprofundamento mais consistente. Contudo, acreditamos que, para o leitor mediano, quando se lê na biografia de alguém que o falecimento ocorreu em função da tuberculose, a impressão que se passa não é das mais positivas, mas é impossível diagnosticar se o sentimento negativo se dá por causa da citação da patologia ou por conta do desenlace da morte do paciente.

Analisando com maior detalhe, foram selecionadas 100 matérias neste período, consideradas relevantes assim distribuídas: O Estado de São Paulo (19), Folha de São Paulo (37), O Globo (25) e Jornal do Brasil (19).

Na média, a cada mês do ano pesquisado, pelo menos uma matéria sobre o tema foi veiculada em um dos jornais pesquisados. Considerando que algumas delas são replicadas, através das agências de notícias dos próprios jornais, observa-se que jornais de outras capitais menores, ou com abrangência regional localizada, reproduzem quase que na íntegra as matérias, que, mesmo quando possuem pequena abrangência, ganham repercussão maior. Os jornais do Rio de Janeiro (O Globo, JB) quase se equivalem no número de veiculações no período, com leve vantagem do primeiro. Em geral os temas abordados por estes veículos destacam aspectos de tratamento, como a inclusão de novas drogas, pesquisas ou notícias relacionadas a campanhas governamentais destinadas a chamar a atenção ao tema. Já os veículos com sede em São Paulo (O Estado de SP e Folha de SP) têm uma abordagem mais científica sobre o tema abordando pautas mais refinadas como tratamento, pesquisas, ações de prevenção e questões específicas como tuberculose indígena.

O Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose – 24 de março – tem sido o período de maior densidade das matérias veiculadas. Seguem-se períodos de repercussão de notícias vindas de fora do país, como o crescimento de casos de tuberculose multirresistente, pesquisas realizadas ou protocolos de novas drogas. Mas geralmente estas ligações acontecem de maneira sazonal, intensificando-se somente no período do dia mundial. Os lançamentos de relatórios internacionais, como o da OMS, também têm sido marcos no aumento de veiculações, embora as repercussões nacionais do assunto ocupem espaços menores quando comparados aos dados mundiais.

Em relação aos temas abordados nas matérias pesquisadas observa-se que as de cunho mais científico, acadêmico ou com foco em tecnologia e pesquisa apresentam maior número de inserções. Pesquisas lideram o número de matérias neste período (19%), seguindo-se questões de abordagem do tratamento (16%). Dados gerais sobre tuberculose ocupam 13% das notícias pesquisadas, em geral apontando dados epidemiológicos, indicando investimentos ou comentando superficialmente alguma situação que envolva o tema. Já questões relacionadas à coinfeção TB/HIV estão presentes em 12% das matérias pesquisadas enquanto as que envolvem a Tuberculose Multirresistente – MDR estão presentes em 10%.

Mobilização Social é o tema mais frequente nos jornais do Rio de Janeiro (O Globo e JB), certamente porque no estado foi onde se fundou o primeiro fórum de ONGs de Tuberculose do Brasil, formado basicamente por militantes oriundos do movimento de Aids que trouxeram para este novo campo de ativismo lições aprendidas na luta contra a Aids. No período, se registraram entre 5 e 6% das matérias com este enfoque. Ações de prevenção da Tuberculose ocupam pequeno espaço no noticiário (5%), assim como os chamados dados gerais sobre o agravo que tratam de dados epidemiológicos e sociais da doença.

Das matérias analisadas, se destacam os pesquisadores nacionais e estrangeiros como as principais fontes sobre tuberculose. 34% das matérias analisadas têm como fontes os profissionais que trabalham com pesquisa tanto científicas como comportamentais, de medicamentos ou de resistência viral além de centros de pesquisa e academia. Os gestores são responsáveis por 21% das matérias, na maioria, divulgando ações desenvolvidas ou repercutindo outras situações. A Organização Mundial de Saúde é a fonte principal de 19% das notícias veiculadas, várias delas se repetem nos jornais pesquisados. Seguem-se as organizações da sociedade civil (8%), pacientes e ex- pacientes (4%), Fundo Global (2%), universidades, sociedades científicas, agências bilaterais, CDC e indústria farmacêutica contribuem com 1% cada um. Outras fontes somam 15%.

As agências de notícias estrangeiras são grandes fornecedoras de notícias sobre tuberculose no Brasil. 55% das matérias veiculadas têm esta origem, sobretudo da BBC Brasil, Reuters e EFE. A Agência Brasil é o veículo nacional que mais contribui com notícias das agências nacionais com reflexo em diversos outros pequenos jornais e *sites* de notícias. Em geral, as notícias oriundas das agências reproduzem pautas de organismos de cooperação, agências ou órgãos das Nações Unidas com atuação na área de saúde ou afim. Em raras ocasiões estes dados ganham uma repercussão da realidade nacional, unindo a opinião de especialistas ou gestores. As agências em geral seguem o velho padrão de reprodução pura e simples da notícia vinda do exterior, apenas utilizando-se de ferramentas de tradução (nem sempre tão eficiente).

Um exemplo claro é o caso das matérias tratando de Tuberculose Multirresistente, 12 matérias em dois anos, a maioria com características de sensacionalismo e chamando a atenção de forma gritante para o perigo do país na lista dos atingidos por esta variação. Palavras como “consequência terrível”, “doença predadora” e outras expressões do tipo estão presentes em boa

parte das matérias. No entanto, segundo inquérito populacional, realizado em 2008 pelo Ministério da Saúde a taxa de TB multirresistente é de 1,4% entre os casos registrados.

Em geral se apontam para situações da patologia no país, mas na maioria se faz um contraponto com as ações dos gestores para tentar sanar as dificuldades. Em relação à área de pesquisas ou de desenvolvimento tecnológico, a grande maioria das matérias destaca o trabalho dos pesquisadores brasileiros no sentido de facilitar e ampliar o tratamento dos pacientes e inserir ações de prevenção a formas mais resistentes da tuberculose. O fato dos institutos de pesquisa, e mesmo alguns pesquisadores, possuírem assessorias de comunicação deve contribuir para esta presença tão destacada na mídia (34%).

No entanto, os gestores ainda pautam pouco de forma positiva e ativa as ações na mídia. A grande maioria da participação está ligada a repercussões de fatos ou pontos de vista oficiais sobre alguma situação. Raramente as ações positivas têm ocupado espaço, mesmo assim 21% das matérias têm os gestores como fontes.

A forte presença de matérias relacionadas com a epidemia da Aids na mídia nacional, patologia mais citada na imprensa nos últimos anos, não leva, ainda, em seu bojo, questões relacionadas a coinfeções e doenças oportunistas. Considerando que a Tuberculose é a primeira doença oportunista que atinge os pacientes de Aids, cerca de 30%, segundo dados do Ministério da Saúde, esta oportunidade de divulgação permanece ainda inexplorada. Apenas 12% dentre as matérias pesquisadas tratam desta correlação.

A pesquisa vista como “atividade que produz conhecimentos novos que circulam em certos meios, que são aplicados ou difundidos, que tem algum tipo de reconhecimento” (SCHWARTZMAN, 2005) possui grande penetração na mídia, no caso em tela, enfocando

respostas a demandas sociais e a realidades vividas pelos leitores, sendo, portanto identificadas embora nem sempre compreendidas no seu âmbito maior. No entanto, há uma grande “concorrência” na busca de espaços midiáticos, sobretudo nos que vão gerar a chamada mídia espontânea – quando não há pagamento direto pela veiculação. Outras patologias têm ocupado espaços maiores como a Aids – tradicionalmente campeã de citações nos veículos – ou como tabagismo, uso de drogas e alcoolismo. A epidemia de dengue e o retorno dos casos de febre amarela têm ocupado espaços generosos na mídia nos últimos anos, sobretudo em 2008. Patologias como hanseníase e câncer têm tido um crescimento evidente, embora se careça de dados mais consistentes para uma análise mais elaborada. Outras doenças possuem pouca inserção destacando as hepatites virais, cujos espaços são em grande parte oriundos de fontes dos laboratórios farmacêuticos.

Nota-se uma incapacidade dos atores locais de gerar fatos de amplitude a ponto de tornar mais constante o tema nos veículos de comunicação. Por tratar-se de uma doença com contornos sociais evidentes e que tem atingido cada vez mais pessoas dos estratos sociais mais baixos, repercute aí a tradicional ideia de que o tema não desperta interesse da mídia em geral. Por isto chamam a atenção o crescimento de notícias, cujas fontes são os institutos de pesquisa e similares. A ideia de uma "profissão acadêmica" é relativamente nova, e decorre do surgimento das modernas universidades de massa, com seus milhares de professores que fazem do trabalho universitário sua identidade mais central .(SCHWARTZMAN, 2005). Na universidade brasileira, até recentemente, os professores se identificavam com suas profissões de origem – médicos, advogados, engenheiros, arquitetos – e o título de professor significava, sobretudo, um galardão adicional a uma carreira profissional bem sucedida. Esta identidade profissional dos professores universitários contrastava com a dos professores do ensino secundário e básico, cuja eventual identidade disciplinar (professor

de geografia, português, história, matemática) perdia importância em relação ao trabalho de ensinar e ao tipo de vínculo profissional que ele representava. Com certeza esta credencial foi de vital importância para que os espaços midiáticos fossem abertos aos pesquisadores.

As posições de realidade (doença) passam a ganhar posições de fantasia (mal maior), no dizer de Latour, e a mídia – ávida por chamar a atenção para si – passa a jogar com estas situações, muito mais criando estados de susto do que de informação.

O texto jornalístico é aquele que contém um título e o corpo do texto propriamente dito, por isso muitas reportagens (com diversas retrancas cada) foram divididas em diversos textos. O que aconteceu também em chamadas de capa do jornal com título e pequeno texto, que foram contadas separadamente da reportagem interna. Infográficos e tabelas foram agrupados ao texto principal. As fotos e ilustrações que acompanham os textos jornalísticos não foram levadas em consideração, apenas as informações contidas nas legendas.

No segundo momento de definição do *corpus*, percebemos que grande parte dos textos jornalísticos não tratava especificamente de Tuberculose nos seus mais diversos aspectos – social, político, econômico, científico, entre outros. Mesmo contendo a palavra tuberculose ou a siglas TB, o texto tinha o foco em outro assunto que não era a doença.

3.6 *Corpus Reduzido*

Optamos então por reduzir a análise aos títulos de matérias que utilizassem a palavra Tuberculose durante este período. Assim foram localizadas 19 menções assim distribuídas: O Estado de S.Paulo (26.31%), Folha de S. Paulo (21,06%), O Globo (21,06%) e Jornal do Brasil (31,57%).

No acesso ao arquivo, fizemos cópia de todos os documentos dos jornais escolhidos no período de 2009. Na tabela 1, é possível identificar, dentro de cada jornal pesquisado, o número absoluto e percentual de textos divididos por gênero jornalístico.

Tabela 1: Textos classificados por gênero

Gênero	O Estado de S. Paulo	Folha de S. Paulo	O Globo	Jornal do Brasil
Informativo	100	100	100	94,5
Opinativo	0	0	0	5,5
Total	100	100	100	100

Ao analisar as fontes destas matérias notamos uma gama de vozes presentes, foram localizadas oito fontes e uma matéria sem citação de fonte alguma, enquanto outras matérias aparecem com mais de uma fonte o que soma 35 “vazes”, conforme mostramos na tabela 2:

Tabela 2: Textos classificados por fonte

Fontes	O Estado de S. Paulo	Folha de Paulo	O Globo	Jornal do Brasil	Total
Academia	5	1	0	2	9 (25,71%)
Ministério da Saúde	2	1	2	4	9 (25,71%)
Gestor Estadual	2	0	0	1	3 (8,57%)
Gestor Municipal	1	1	1	0	3 (8,57%)
Paciente	1	1	0	0	2 (5,71%)
ONG Internacional	1	0	0	0	1 (2,87%)
Parlamentar	0	0	0	1	1 (2,87%)
OMS	1	0	5	0	6 (17,14%)
Sem Fonte	0	1	0	1	2 (5,74%)
Total	13	5	8	9	35 (100%)

3.7 Os Temas

Nesta parte realizamos a análise dos temas que estão presentes nos 19 textos jornalísticos que constituem o *corpus* da pesquisa. Na primeira parte, estes foram avaliados, com o objetivo de identificar os principais temas utilizados nas chamadas das notícias e que fazem os textos se remeterem, em algum momento do discurso, à questão da doença. A configuração dos temas foi dividida dentro de cada jornal pesquisado conforme tabela abaixo:

Tabela 3 : Textos classificados por tema

Tema	O Estado de S. Paulo	Folha de S. Paulo	O Globo	Jornal do Brasil	Total
Morte				1	1 (5,55%)
Números	2	2	2		6 (33.33%)
Risco	1	1			2 (11,11%)
Medicamentos/ Tratamento	2	1		1	4 (22.22%)
OMS				1	1 (5,5%)
Outros			2	2	4 (22,22%)
Total	5	4	4	5	18 (100%)

3.8 Índice Remissivo de Assuntos

Refere-se à classificação utilizada na clipagem para o material encontrado. São padronizados de modo a que se possa perceber em qual editoria ou categoria a matéria foi incluída. Não tem referência direta com a fonte ou tema abordado nos títulos, mas com o contexto em que a notícia ou opinião está inserida, conforme vemos na tabela 4:

Tabela 4 : Textos classificados por índice remissivo

Tema	Total	Percentual
Saúde Pública	10	26,31%
Organismos Internacionais	10	26,31%
Institucional	14	36,84%
Veja Mais	1	2,63%
Temas de Interesse	3	7,90%
Total	38	100,00%

Interessante notar que, segundo dados da Ouvidoria do Ministério da Saúde, no primeiro trimestre de 2009 a tuberculose ocupou o 9º lugar em procura no disque-saúde, entre os 70 temas listados, totalizando 2,16% das informações disseminadas. Dentre os assuntos buscados, o primeiro, trata da definição da doença, seguindo-se questões de prevenção e sintomas.

4. QUEM FALA, O QUE FALA E COMO FALA?

“Não adianta querer ficar bordando um texto vazio de informação. Jornalismo não é literatura.

Quando se tenta arrisca-se a cair na literatice”

(Marília Scalzo, “Jornalismo de Revista”)

Os 19 textos analisados foram escolhidos pela relevância que receberam dos quatro veículos, considerando que as chamadas estão diretamente ligadas à ordem de valor dada pelo repórter ou editor em sua escolha. Quando se escolhe o título da matéria são levados em consideração o tema principal daquela matéria e a mensagem que se quer passar ao público leitor, chamando sua atenção para o texto seguinte.

Para efetivação da análise de cada texto foram levados em consideração os seguintes aspectos conceituais:

- **Contexto** considerando como o conjunto de circunstâncias em que se produz a mensagem que se deseja emitir- lugar e tempo, cultura do emissor e do receptor, etc. - e que permitem sua correta compreensão.

- **Concorrência Discursiva** é um conjunto ou série de tipos de discursos, definido socialmente (Foucault) ou temporalmente (Fairclough), a partir de uma origem comum. São os discursos produzidos num mesmo contexto de uma instituição ou comunidade, para circulação interna ou externa e que interagem não apenas entre eles, mas também com textos de outras ordens discursivas (intertextualidade).

- **Dialogismo** é o que Mikhail Bakhtin define como o processo de interação entre textos que ocorre na polifonia; tanto na escrita como na leitura, o texto não é visto isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares e/ou próximos. O Dialogismo se dá a partir da noção

de recepção/compreensão de uma enunciação o qual constitui um território comum entre o locutor e o locutário. Pode se dizer que os interlocutores ao colocarem a linguagem em relação frente um a outro produzem um movimento dialógico. Segundo Bakhtin, o diálogo pode ser definido como "toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja". A palavra chave da linguística bakhtiniana é diálogo.

- **Polifonia** é, segundo Mikhail Bakhtin a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam.

- **Poder Simbólico**, segundo Bourdieu (1989) trata-se “desse poder invisível” o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem. As relações de comunicação são, para Bourdieu, relações de poder determinadas pelo poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos nas relações. Os “sistemas simbólicos” atuam como instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento e asseguram a dominação de uma classe sobre outra a partir de instrumentos de imposição da legitimação, “domesticando” os dominados.

- **Lugar de Interlocução**. Parte do princípio que cada interlocutor ocupa uma posição, que se localiza entre o centro e a periferia dos discursos, posição que e lhe confere poder de barganha no mercado simbólico (Araujo, 2002), formando comunidades discursivas que são grupos de pessoas, organizados ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos.

Desta forma tendo como base a metodologia da Análise do Discurso foram analisados três aspectos dos textos selecionados: Vozes (quem fala), Tema (o que fala) e Produção de Sentido (como fala).

4.1 Síntese:

Os textos jornalísticos são do gênero informativo em sua maior parte (18) sendo um de ordem opinativa e um que gerou capa na edição em que constava também como matéria. Todos aparecem entre março e setembro do ano pesquisado, com ênfase para os meses de março (45%) – mês em que é celebrado o Dia Mundial de Luta contra a Tuberculose – com atividades em diversos estados e divulgação do relatório mundial sobre o avanço da doença. Segue-se o mês de setembro com 28%, agosto com 11% e julho e abril com 8% cada um.

Os 18 textos jornalísticos de gênero informativo, na grande maioria, refletiram também a posição do poder público como responsável por prover aos cidadãos as condições básicas de sobrevivência, como o acesso à saúde, garantidas na Constituição Federal. Assim como o texto do gênero opinativo, observamos que essa discussão perpassou as diferentes esferas de poder, seja local, nacional ou internacional. A atuação do governo em garantir o acesso da população a medicamentos se destacou entre as notícias nacionais. O único texto opinativo, tratou de aspectos internacionais de doença, dando ênfase à ação da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A análise temática dos textos jornalísticos sobre Tuberculose foi o primeiro passo para que pudéssemos realizar o mapeamento de vozes. A partir do assunto decidido na reunião de pauta é que o repórter direciona o contato com as fontes. Desta forma, para uma melhor avaliação das fontes de informação utilizadas pelos jornais de referência, analisamos o *corpus* a partir da divisão por temas.

Primeiramente, realizamos a avaliação dos textos do gênero informativo nos jornais. Neste caso, partimos do pressuposto de que, neste gênero jornalístico, há necessidade da pluralidade de vozes no texto, pois não representam apenas a opinião de um colaborador, leitor ou jornalista. Nos

textos do gênero informativo com foco em Tuberculose reunindo as notícias e entrevistas de acordo com o tema definido para realizarmos o mapeamento de vozes, no que diz respeito à escolha das fontes de informação. Analisamos o conjunto de textos dentro de cada jornal e, por último, fizemos uma avaliação comparativa entre as fontes de informação e os respectivos enunciadores encontrados nos quatro periódicos de referência no Brasil.

4.2 O GLOBO

Foram localizados no ano de 2009 quatro citações que traziam nas manchetes a palavra “tuberculose” dois em março e dois em setembro. Os dois primeiros tinham relação direta com o Dia Mundial contra a Tuberculose (24 de março) embora tratassem a questão por óticas diferentes – realidade nacional e internacional – ambos focavam em aspectos ligados a índices de contaminação, trazendo nas chamadas questões relacionadas a números.

O primeiro texto “Casos de tuberculose caem no país”, assinado pelo jornalista Antônio Marinho, na editoria País, traz no primeiro parágrafo dez números e sete taxas. Começa indicando que o Brasil se encontra na lista dos países com maior número de casos da doença (entre os 16, diz a matéria), seguindo-se as informações de queda nas taxas de incidência e mortalidade e indicando número de casos novos e média de incidência (casos por cem mil habitantes), finaliza o primeiro parágrafo indicando que a cidade do Rio de Janeiro “está entre as capitais com maior taxa”. O Ministério da Saúde é apontado como a fonte dos dados.

Este primeiro parágrafo nas matérias é chamado no jargão jornalístico de “lead” ou na forma portuguesa, lide, é o espaço onde se dá o destaque à notícia, oferecendo ao leitor a informação

básica sobre o tema e se pretende prender o seu interesse, o *lead* deve “descrever a maior singularidade da notícia” (Genro Filho, 1987).

Segue a matéria com declarações do então ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciando uma nova forma de tratamento que o Brasil estará adotando, reduzindo o número de cápsulas que cada paciente ingere diariamente e finaliza com uma afirmação de um representante da OMS sobre a resistência aos medicamentos. As mesmas foram colhidas durante evento internacional de Tuberculose, ocorrido no Rio de Janeiro na época.

O segundo texto, veiculado no dia seguinte ao primeiro, assinado pela jornalista Roberta Jansen, se encontra na editoria Ciência e tem como título: “Tuberculose mata meio milhão de soropositivos por ano”. As primeiras informações destacam o relatório da OMS lançado no mesmo evento, onde estas informações estão contidas. As fontes são dirigentes da OMS, UNAIDS e Fundo Global contra a Tuberculose, Aids e Malária. São apresentados números sobre a doença em vários continentes e países, com destaque para Índia, China e África.

A terceira citação, neste período, foi uma das duas situações, de todo o material levantado, que além de manchete teve também destaque na edição. A veiculação foi em 01 de setembro e tem o seguinte texto: “ Itaboraí e Rio, Rotas Opostas da Tuberculose”. Ao lado, em seis linhas uma pequena chamada remete à matéria dentro do jornal e destaca a premiação da cidade de Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, pela OMS e a compara com os dados da capital que “ amarga o terceiro lugar nos municípios com mais casos.”

A matéria interna da edição compõe a última citação do Globo em 2009. E a maior da amostra, assinada pela jornalista Elenilce Bottari, apresenta a experiência do município que conseguiu superar as metas da OMS. O lide da matéria apresenta a cidade como “ uma das mais

pobres do estado do Rio de Janeiro” e indica que na cidade foram reduzidas as taxas de abandono e aumentadas as de cura acima do estipulado internacionalmente. A boa cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) é apontada como a responsável pelo bom resultado. As fontes são: o Ministério da Saúde através do coordenador do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, e uma médica do Programa de Saúde da Família. Ao final da matéria, um pequeno espaço é dedicado à Secretaria Municipal de Saúde da capital que apresenta dados do atendimento domiciliar que indicam melhora nos índices na favela da Rocinha.

4.3 JORNAL DO BRASIL

O outro jornal analisado, também com sede no Rio de Janeiro: o Jornal do Brasil apresentou durante o ano de 2009 seis manchetes de capa tratando de tuberculose. Na primeira, datado de 22 de março tem como título: “Doenças Pneumocócicas matam mais que Malária, Aids e Tuberculose Juntas” o tema aqui analisado passa muito longe do enfoque principal da matéria. A única fonte que trata do tema é uma professora do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Goiás. Quatro dias depois aparece o único texto opinativo localizado, durante o período pesquisado intitulado “Tuberculose na OMS” na editoria de Ciência e Tecnologia, assinado pelo infectologista Alberto Chebabo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em seu texto o médico faz uma análise dos números da tuberculose apresentados pela OMS, uma análise breve da parte sintomatológica e um pequeno histórico da ação do Ministério da Saúde no combate da doença.

O terceiro texto aparece na capa da edição de 30 de março chamando a atenção para um novo esquema terapêutico que o Ministério da Saúde estará utilizando no tratamento contra a Tuberculose. O texto de capa, de seis linhas, chama a atenção para um “ estudo que mostra que 8%

dos pacientes abandonaram o tratamento” sem indicar a fonte desta pesquisa e qual o campo estudado. Na matéria interna do jornal, a quarta analisada, um texto de doze parágrafos assinado pela jornalista Norma Moura, da sucursal de Brasília, apresenta – já no lide – um resumo dos dados do Segundo Inquérito Nacional de Resistência aos Medicamentos Antituberculose, realizado pelo Ministério da Saúde. Localizado na editoria de “País”, o texto cita a OMS e tem como fontes o então ministro da Saúde, José Temporão, e o coordenador do PNCT Draurio Barreira. O tema do novo tratamento volta ao JB, na quinta matéria localizada, datada de 21 de agosto, desta vez na editoria de Saúde. O texto pequeno, destaca que no novo esquema, “ comprimidos mais potentes diminuirão o número de doses diárias” O texto, sem fontes identificadas, aborda dados de tratamento, abandono e cura da tuberculose no Brasil e da possibilidade de melhora destes dados com o novo tratamento.

A última matéria localizada neste levantamento, está na editoria de Cidade e é a única de todo levantamento que trata de tuberculose junto à população prisional e tem como fonte um parlamentar. O principal foco da matéria é uma iniciativa de legislação proposta por um deputado estadual do Rio de Janeiro que obriga a realização de exames “ para diagnosticar tuberculose nos detentos um dia depois deles ingressarem nas penitenciárias do estado do Rio”. O Ministério da Saúde aparece como primeira fonte, seguindo-se uma representação do Programa de Controle da Tuberculose na rede carcerária do estado. O parlamentar proponente aparece em terceiro lugar na ordem de citações da matéria que encerra citando dados da OMS relativos a dados da doença no mundo.

4.4 Análise e comparação entre os jornais do Rio de Janeiro

Cabe destacar que, pelos dados do Ministério da Saúde em 2009, o estado do Rio de Janeiro é a unidade da federação com maior incidência de tuberculose, registrando 71,8 casos por cem mil habitantes, quase o dobro da média nacional que é de 37,9 casos por cem mil habitantes. Além disto apresenta o dobro de mortalidade da média nacional e quarta menor taxa de cura do país, também é o quarto estado em nível de abandono de tratamento. Ou seja, no estado do Rio de Janeiro é onde se combinam os piores dados de incidência, mortalidade e abandono de tratamento e um dos estados onde o abandono do tratamento de seis meses aparece de forma acentuada.

Quando analisados os dados da capital o Rio de Janeiro aparece em quarto lugar, atrás de Porto Alegre, Recife e Belém, beirando os 95 casos por cem mil habitantes. Porto Alegre apresenta 111,1 casos por cem mil. Dados do Ministério da Saúde informam que em 2009 o estado do Rio de Janeiro, registrou 6887 casos novos de tuberculose, sendo 4450 masculinos e 2437 femininos.

Esta realidade não aparece estampada nos materiais analisados dado o pouco destaque que os veículos dão ao tema. Em relação às fontes não há qualquer participação de representantes da Secretaria Estadual de Saúde ou de qualquer outro órgão do Governo do Estado. Somente em uma a Secretaria Municipal de Saúde tem uma participação, muito pequena, limitada à divulgação de dados estatísticos. Em nenhuma das dez matérias analisadas, nos dois jornais do Rio de Janeiro, um paciente ou ex-paciente aparece como fonte. No entanto, o Ministério da Saúde, a Organização Mundial de Saúde e as universidades têm participação em boa parte da matéria apresentando questões relevantes do ponto de vista político e de desenvolvimento de ciência e tecnologia para o controle da doença.

Quando verificamos os temas nota-se que em geral são pautados por dois grupos de assuntos: números e notícias relacionadas a medicamentos e tratamentos. O fato de boa parte das matérias serem veiculadas na época em que a OMS divulgou o balanço mundial com os dados da tuberculose em seus países filiados contribuiu para que este organismo tivesse destaque no número de veiculações no período. Por consequência os dados nacionais ganham igual destaque, com os veículos tentando comparar a realidade nacional com a divulgada nos fóruns internacionais. Interessante notar que somente numa matéria traz à luz uma experiência local, destacando um município que se destaca por aumento no controle dos casos de tuberculose. No entanto, mesmo neste relato da experiência local a presença da OMS e do Ministério da Saúde ganha destaque. As manchetes apresentam a realidade da cidade em comparação à capital carioca, dando espaço ao gestor local interiorano para expor suas estratégias, enquanto a capital ganha um pequeno espaço.

Na ótica da formação de sentido fica evidente que a presença destacada da OMS e do Ministério da Saúde servem para legitimar as informações ali contidas. A base nos dados numéricos, utilizados de forma ampla, reforça a tentativa de objetividade, racionalidade e clareza das informações passadas. Somados estes dois fatores (fala autorizada + base racional numérica) se chega ao texto final quase de forma institucional como se fosse um material produzido pelo governo ou pela agência da ONU. Outro fato que reforça esta percepção de que as falas autorizadas dominam os espaços destes dois veículos é a presença de pesquisadores, acadêmicos ou cientistas em boa parte do material pesquisado. O mundo acadêmico, assim como o governamental, ocupa no imaginário dos leitores um lugar relacionado com ideias de credibilidade e confiança. Interessante notar que em nenhuma das matérias há qualquer fala dos pacientes ou pessoas que vivem, ou acompanham quem vive esta realidade. Mesmo na matéria que destaca os trabalhos do município, as falas que surgem são de gestores que se referem a pacientes, mas a estes não se dá espaço de fala.

Apesar de a tuberculose ser uma realidade de saúde pública do Rio de Janeiro, as manchetes dos jornais analisados não destacam a relevância desta doença para o estado. As fontes estaduais, responsáveis pela promoção da saúde pública, dentro dos princípios solidários do SUS, aparecem muito pouco neste material e, por consequência, acabam não sendo responsabilizados ou cobrados pela falta de empenho no enfrentamento desta realidade. O controle social, representado na estrutura do SUS pelos conselhos e presente no cotidiano através das Organizações da Sociedade Civil (OSC), não ganha espaço e destaque no material analisado, evidenciando com este silenciamento uma categorização secundária e dispensável.

4.5 Folha de S. Paulo

O jornal paulista teve quatro manchetes com o tema da tuberculose no período estudado.

A primeira trata da introdução de uma “nova droga contra a tuberculose” no Brasil, veiculada em 24 de março e assinada pelo jornalista Antônio Gois da sucursal do Rio de Janeiro. A matéria explica a introdução deste fármaco na rede pública, atribui o anúncio ao ministro da Saúde, durante um evento no Rio de Janeiro, e compara os custos do antigo e novo tratamento. A matéria ouve ainda duas ONGs internacionais, uma com atuação no Brasil e outras nos Estados Unidos que elogiam a iniciativa e termina com uma fala do ministro e números sobre mortes pela tuberculose no mundo e a posição do Brasil no *ranking* mundial dos países mais atingidos.

Em 25 de agosto, o jornal pública uma pequena nota, sem assinatura, divulgando um estudo realizado em Taiwan, que indica uma possibilidade de “aumento do risco de tuberculose” entre pessoas que fumam. Não há nenhuma depoimento, nem maiores detalhes da pesquisa ou sua fonte.

A terceira matéria, veiculada em 01 de setembro, assinada pelo jornalista Ítalo Nogueira, da sucursal do Rio de Janeiro, chama a atenção para a queda da incidência da tuberculose que, segundo a manchete “recua 27,6% em dez anos”. Inicia com dados, divulgados pelo Ministério da Saúde, sobre o tema e passa a ouvir especialistas que analisam esta queda considerando-a “não satisfatória” e “abaixo do desejável”. Segue-se a fala do Programa Nacional de Controle da Tuberculose destacando os dados como “satisfatórios, mas não excepcionais” e, no último parágrafo, um pequeno depoimento da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

A última matéria tem uma conotação mais regional. Assinada pela jornalista Bruna Saniele, da sucursal de Ribeirão Preto, destaca que “ao contrário do que ocorre no país, as notificações em Ribeirão Preto tiveram alta”. O primeiro depoimento é de um médico da Vigilância Sanitária municipal explicando que “com a mobilização e busca surgiram casos novos que já existiam mas estavam sem diagnóstico”. Na sequência um pneumologista fala dos casos não tratados. Pela primeira vez na pesquisa surge um depoimento de um paciente, contando sua reação com o diagnóstico e termina com dados do Ministério da Saúde.

4.5 O Estado de S. Paulo

No outro jornal paulistano, no período estudado foram localizadas cinco manchetes que destacam a tuberculose. A primeira de 24 de março, sem assinatura e na editoria Vida tem como título “País desenvolve novo fármaco contra a tuberculose”. Nos quatro primeiros parágrafos há uma explanação sobre o processo de desenvolvimento do novo fármaco, com farta utilização de termos científicos como “imunomodulador”. A primeira fonte “é uma ONG que coordena uma rede de pesquisa internacional para o desenvolvimento de produtos como o destacado, anunciando a

apresentação da nova substância num evento internacional que aconteceria no período. A segunda parte da matéria lista as universidades envolvidas na pesquisa do novo medicamento e termina com um parágrafo em destaque, *Box*, contando a trajetória de um médico que iniciou a pesquisa e que só conseguiu sucesso após se associar com uma universidade. A continuidade da matéria utiliza recursos gráficos, desenhos e artes que explicam as formas de transmissão do bacilo, tratamento e vacinação.

Em 04 de abril, nova matéria na editoria Vida, destaca que “Tratamento de tuberculose pode cair para 2 meses”. O principal argumento da matéria ‘é a divulgação de um estudo realizado por duas universidades, uma no Brasil e outra nos Estados Unidos, visando reduzir o tempo de tratamento de tuberculose “dos seis meses habituais para dois”. As fontes ouvidas são um médico, coordenador da pesquisa, e um infectologista coordenador de ensaios clínicos. A matéria termina com um *Box* intitulado “números” com dados sobre período de tratamento e pacientes. Na mesma edição, na editoria Vida, outro texto sem assinatura trata novamente do novo tratamento. Em três parágrafos se explica a relação inclusão de novo medicamento x número de comprimidos ingeridos e destaca taxas e índices de abandono do tratamento. Não há fontes citadas.

O mesmo caderno Vida destaca, em 01 de setembro, em sua capa “ Incidência de tuberculose cai em 27,5% em 10 anos”. Na matéria interna são apresentados números sobre a queda da incidência, como fonte o Ministério da Saúde. Há um destaque para os casos de mortalidade apresentando muitos percentuais e números. Na parte final um pequeno glossário define a doença, sua causa, sintomas e tratamento.

Em 5 de julho, uma matéria intitulada “Maior risco a morador de rua é a tuberculose” aborda a alta incidência da tuberculose entre moradores de rua na cidade de São Paulo.

4.7 Análise e comparação entre os jornais de São Paulo

O estado de São Paulo, o maior do Brasil, possui uma população de mais de 40 milhões de pessoas e ocupa o oitavo lugar na lista dos estados com maior incidência em casos de tuberculose, apresentando percentual pouco maior do que a média brasileira. Assim como os demais estados tem a grande concentração na região metropolitana, formada por 39 municípios, onde residem mais da metade desta população. No entanto, a capital ocupava o 11º e em mortalidade o 16º.

No período analisado foram encontradas nove citações que ganharam manchetes dos dois jornais pesquisados. Importante destacar a presença destes jornais na formação de opinião nacional. Embora sediados em São Paulo, eles não falam somente para os paulistas ou paulistanos, mas se pretendem ouvir nacionalmente inclusive denunciando questões relacionadas ao setor público e pautando a agenda de fatos que se discutem nacionalmente. Sua influência vai muito além das fronteiras territoriais do estado, mas atinge todo o país com especial atenção ao centro do poder de decisão.

Um terço das manchetes se referem a questões relacionadas a tratamento, medicamentos e novos fármacos, outro terço se relaciona a dados de incidência apresentando números em seu texto e o outro terço se divide em matérias que alertam sobre riscos (cigarro e população de rua), utilizando esta expressão na chamada e, numa menor proporção é tratado uma “alta de casos” numa cidade interiorana.

Temas relacionados com o mundo científico, com questões mais aprofundadas que exigem uma pesquisa maior na formulação de textos e que são constantes no universo da maioria da população aparecem com mais frequência nos jornais paulistas. Também a utilização de recursos

gráficos (figuras, desenhos, artes) surge em algumas matérias como forma de melhor ilustrar a ideia que se quer transmitir, talvez pretendendo tornar mais acessível aos leitores os assuntos com maior densidade. Somente em duas matérias estes elementos são utilizados e somente nos jornais paulistas este recurso está presente no período pesquisado.

Em relação às fontes fica evidente, assim como nos jornais do Rio de Janeiro, a predominância do Ministério da Saúde, como voz principal nesta interlocução. No entanto, há grande participação de universidades, institutos de pesquisa, cientistas e pesquisadores. Quando o tema se relaciona com aspectos ligados a novas fórmulas no controle da doença é esta fonte a que aparece em primeiro lugar, explicando o funcionamento, a formulação e as estratégias de pesquisa envolvidas, da mesma forma são estes que analisam causas no abandono do tratamento ou indicam caminhos para uma maior adesão. Mesmo quando a notícia tem a ver com apresentação de dados, como o recuo na taxa da incidência de tuberculose, as primeiras vozes a analisar o fato- nestes jornais- são pesquisadores, seguindo-se os gestores públicos.

Em relação aos temas, além dos citados cima, duas aparecem como assuntos que fogem a este esquema, embora tenham importante relevância ao tema:

- A matéria “ Cigarro dobra risco de tuberculose”, apresenta uma pesquisa realizada em Taiwan, sem indicação de qualquer fonte ou repercussão nacional. Embora o tabagismo seja fator agravador para qualquer doença respiratória ou relacionadas, a tuberculose é transmissível de pessoa para pessoa, sendo aqueles que possuem sistema imunológico abalados os mais vulneráveis para desenvolverem a doença. No entanto outros fatores mais importantes do que este, como as situações de saneamento, de habitação, de qualidade de vida no que tange à alimentação e condições sanitárias não surgem em nenhum tópico desta matéria com o mesmo destaque e muito pouco aparecem em todo o material analisado.

- Já a matéria “Maior Risco a morador de Rua”, apresenta uma pesquisa realizada em São Paulo com esta população, promovida pela Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, as primeiras falas da matéria são dos pesquisadores envolvidos, seguindo-se de médicos especializados, finalizando com dois depoimentos de moradores de rua. Esta é uma das poucas em que os pacientes aparecem, expressando suas necessidades e anseios.

Fica evidente nos jornais de São Paulo uma preferência para temas de caráter mais complexo, assim como a tentativa de “traduzir” esta linguagem à realidade dos leitores. Neste sentido os profissionais superiores de saúde, cientistas e pesquisadores aparecem como os mediadores entre dois mundos: o hermético e acadêmico e o acessível e popular. A voz do Estado surge sempre no sentido de justificar/explicar algum ato relatado nas matérias, embora em nenhum momento o controle social seja acionado a dar sua versão a estes fatos. Os pacientes, ex-pacientes e familiares envolvidos têm diminuta participação nas matérias, ficando sua realidade desconhecida dos leitores, talvez por não serem consideradas relevantes o suficiente para estarem retratadas nas manchetes destes jornais.

5 CONCLUSÃO

A construção da Tuberculose no imaginário coletivo no Brasil foi um processo desencadeado ao longo de muitos anos do qual a mídia, principalmente a partir da década de 1980, teve papel fundamental. No caso da Aids, foram as primeiras reportagens em jornais e revistas que, além de dar ao público as primeiras histórias dos doentes, ajudaram a ensaiar formas de se falar dela (Darde, 2004). Em um momento em que poucos conheciam alguém com a doença, essas reportagens vieram apresentar a “cara” da Aids. Marcadas pela forte presença dos discursos do campo da saúde (médicos, cientistas, entre outros) nos primeiros dez anos da epidemia, as notícias sobre a Aids começaram a abordar temas como comportamento, sexo e sociedade a partir da década de 90. No caso da tuberculose não houve identificação que pudesse ganhar a alcunha de “cara da tuberculose”, permanecendo este paciente ainda no imaginário tanto no ponto de vista romântico (como um ser idílico, quase o ideal do amor romântico) ou do ponto de vista da pobreza, associada aos “excessos do álcool, das drogas e da vida promíscua.”

Um dos principais reflexos da falta de “cara” e voz dos pacientes nos textos analisados pode estar ligada à, ainda, incipiente organização social que envolve os atingidos pela doença. Enquanto que na Aids, para continuar no exemplo paralelo, no final da década de 80 os soropositivos começaram a se organizar em ONG, passando a existir um duelo de vozes: a dos que falam por eles, como o poder público e os profissionais da saúde, e a dos que falam por si próprios – a dos portadores do vírus HIV e doentes de Aids. Já na tuberculose a inexistência de movimentos sociais que contribuíssem para o empoderamento do paciente foi presente até praticamente o século XXI quando se tem notícia de fundação da primeira ONG formada por pacientes (Grupo de Apoio a Pacientes e ex- Pacientes do Rio de Janeiro, localizada na Favela da Rocinha e fundado em 2008), e

do primeiro Fórum (Fórum de Tuberculose do Rio de Janeiro fundado em 2003). Com o crescimento dos casos de TB entre pacientes com Aids, cresce o número de organizações que se envolveram com esta causa, embora sua atuação seja prioritariamente sobre questões relacionadas com a Aids. O fato da TB ter cura, após tratamento de seis meses e possibilitar uma reinserção social ao paciente, mesmo com possíveis sequelas, pode ser um fator que não permita um ativismo mais engajado em torno da patologia. Somente quando o sistema imunológico está comprometido, nos casos dos pacientes soropositivos para o HIV, que o risco de morte aumenta, o que explica em partes uma maior inserção do tema junto às ONG com trabalho em Aids.

Além disto, a presença do Poder Público, através do Ministério da Saúde, e da “voz da ciência”, por intermédio das universidades e pesquisadores revela uma preferência dos jornais pesquisados por estas vozes, principalmente no que tange a explicar as ações políticas envolvidas ou a explicar os efeitos da doença e seu tratamento e demais consequências médicas. De certa forma um reflexo da sociedade que sempre que se depara com questões cuja a resposta não sabe ou considera complicada, busca na ciência uma resposta a suas indagações.

Os dois fatores apresentados acima - a falta de organização dos pacientes e a presença forte da ciência e da política como resolvedores de qualquer situação de saúde- faz com que a polifonia dos discursos analisados, não seja tão polifônica assim. A voz dos pacientes, ex-pacientes e pessoas diretamente envolvidas no problema, as que sentem na pele e na vida as consequências da tuberculose mal aparecem nas matérias analisadas, ficando suas ansiedades, preocupações e angústias não são retratados nestas mídias. Nesse processo da construção da notícia sobre a TB, a relação entre jornalistas e fontes de informação é determinante, visto que somente a pluralidade de vozes presentes nos textos jornalísticos contribui para uma construção mais fiel da realidade da doença neste século XXI. Antes de chegarem à sociedade, as informações provenientes das fontes

são submetidas a um processamento e enquadramento, que irão contribuir para a construção de significados.

As fontes oficiais acabam sendo as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, pois representam instituições legitimadas de poder. Em segundo plano ficam os que não têm a influência de uma autoridade política, mas científica, os autorizados pelo saber, somente em terceiro lugar, surgem os que não possuem um cargo ou funções representativas.

Outra questão que se destaca quando se observa as fontes utilizadas é a pouca presença dos gestores estaduais e municipais na solução dos problemas relacionados à tuberculose. Embora o SUS seja solidário nas três esferas - federal, estadual e municipal - e tenha responsabilidade compartilhada, os textos jogam a prerrogativa e o poder de decisão somente no nível federal. No entanto, questões de âmbito local como saneamento, política de habitação e atenção básica à saúde tem muito pequena participação nos textos. O fato de o Governo Federal possuir maior estrutura de comunicação e poder acessar, através de sugestões de pauta, quem decide o que se tornará notícia pode também explicar esta presença maior do gestor federal nas notícias.

Cabe também destacar que, quando na análise do conteúdo das matérias estudadas, os temas abordados não tratam diretamente da realidade do paciente, mas se fixam em grande parte na apresentação de dados epidemiológicos, funcionamento de esquemas, inter-relação de fórmulas e substâncias. Questões cruciais para a diminuição dos índices da tuberculose como ações interdisciplinares na eliminação da pobreza extrema, melhores condições de habitação, políticas específicas a populações mais vulneráveis como detentos, população em situação de rua e indígenas têm rara participação na pauta dos jornais analisados. Certamente a complexidade de ações deste tipo aliado com o longo prazo para se verificar os resultados, é um dos fatores que fazem com que

estes temas não surjam nas páginas dos jornais, considerando que os diários trabalham muito mais com o factual do que com o analítico.

Verificamos também na análise dos temas a necessidade da imprensa de explicar a doença através de dados estatísticos. Questão que surgiu nos quatro jornais, sobretudo quando o boletim epidemiológico é divulgado, notando-se que os dados são simplesmente citados sem que qualquer análise mais apurada realizada. O tema médico-científico, com informações sobre novos tratamentos e medicamentos, foi abordado com maior ênfase pelo jornal O Estado de S. Paulo. Já questões como “risco” e “morte” foram mais percebidos nos jornais do Rio de Janeiro, destacando-se dados sobre morte de pessoas que vivem com Aids, em função da TB ou risco acrescido de moradores de rua vinculados à doença.

Questões relacionadas à prevenção da tuberculose, o incentivo à vacinação, a melhores condições de circulação de ar, de alimentação saudável, de cuidados para que a cadeia de transmissão se interrompa, não apareceram em nenhum momento nas manchetes analisadas. Sintomaticamente são questões que estão diretamente ligadas às condições de vida e saúde dos pacientes e seu entorno. Também importantes questões como discriminação, estigma e preconceito não aparecem em nenhum momento neste levantamento.

Na análise final dos temas encontrados em textos sobre Tuberculose, propomos uma divisão da seguinte forma:

- **Estado**, representando o discurso e as ações do poder público perante a doença;
- **Doença**, através de estatísticas, se tenta dimensionar o problema da doença;
- **Médico-Científico**, associado à busca de novos medicamentos e ações de tratamento;

- **Social**, retratando a realidade do paciente e de populações vulneráveis.

A partir desta análise dos enunciadores nos discursos jornalísticos das manchetes sobre Tuberculose, concluímos que os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, representantes do jornalismo de referência brasileiro, não tratam de forma equilibrada a pluralidade de vozes legitimadas para falar sobre o tema da Tuberculose. Ao mesmo tempo em que as vozes autorizadas, do governo ou da ciência, apresentam dados e ações para intensificarem o combate à doença, as pessoas que vivem com tuberculose estão praticamente excluídas nos textos.

Fica como questionamento para um próximo estudo para onde caminha a cobertura noticiosa da TB. Se a relação entre jornalistas e fontes de informação é preponderante na construção da notícia sobre a epidemia, em qual ponto os jornalistas, com suas respectivas empresas jornalísticas, estão mais vulneráveis, sem conseguir aperfeiçoar o trabalho jornalístico realizado diariamente nas Redações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. **Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas** (mimeo). [S.l], [s.n]: 2003.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. São Paulo: Ática, 1990.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARROS, Antonio Teixeira de; TARGINO, Maria das Graças. **A análise de conteúdo como método qualitativo na pesquisa em comunicação**. Brasília, 2000. (Mimeo.)

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997.

BERGANZA, Rosa. O contributo da escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo – as reflexões de Robert Park sobre a notícia. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Revista Comunicação e Linguagens**. Nº 27, fev. 2000.

BERGERS, C. **Campos em Confronto: A Terra e o Texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1998

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALLON, Michel et al. **Réseau et coordination**. Paris : Economica, 2003

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1978.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo na fonte. In: DINES, Alberto; MAURIN, Mauro (Org.). **Jornalismo brasileiro: no caminho das transformações**. Brasília: Banco do Brasil, 1996. p.132-154.

COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy**. Princeton: Princeton University Press, 1963.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

FOLHA DE SÃO PAULO. Versão do jornal online. <www.folha.com.br>. Acesso em 15 de junho de 2011.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela S.L.; MARTELETO, Regina Ma.; LARA, Marilda L.G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Ed., 2008, p. 13-36

GANS, Herbert. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979.

GARCIA, Luiz (org.). **Manual de redação e estilo**: O Globo. São Paulo: Globo, 2001.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp. 2003.

GOMES, Wilson. Fato e Interesse, o fato jornalístico como problema. **Textos de Cultura e Comunicação** 26, 1991.

_____. Verdade e perspectiva, a questão da verdade e o fato jornalístico. **Textos de Cultura e Comunicação** 29, 1993.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação napolítica contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro v.1,n.1, abr.1999.

_____. **Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 6, 2001.

KRIMSKY, Sheldon (2003). **Science in the private interest. Has the lure of profits corrupted biomedical research?** Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers. Chapter 11: The demise of public-interest science, pp. 177-196; Chapter 12: Prospects for a new moral sensibility in academia, pp. 197-213.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MACHADO, Marcia Benetti. **Jornalismo e Análise do Discurso: método para estudo das vozes**. Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2005.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. Brasília: Compós, 2001. Disponível em:<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf> Acesso em 20 abr. 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

MANUAL GERAL de Redação: Folha de São Paulo. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

_____. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos ?** São Paulo: Paulus, 2004, 2005.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência feita nos cursos da Arrábida, 1997. In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 05 fev. 2005.

MINAYO, Ma. Cecília de Souza. Saúde e doença como expressão cultural. In: AMÂNCIO FILHO A.; MOREIRA. M.C.G.B. **Saúde, trabalho e formação profissional.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo:** questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

NASCIMENTO, DR. **Fundação Ataulpho de Paiva: um século de luta.** Rio de Janeiro, 2002.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO: FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

O GLOBO. Versão do jornal online. <www.oglobo.globo.com.br>. Acesso em 15 de outubro de 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org). **Meios de comunicação de massa.** São Paulo, Cultrix, 1972.

QUEIRÓS, Eça. Os Maias. Lisboa. Atelier Editorial, 2001.

ROLEMBERG, José. **Boletim de Pneumologia Sanitária**. Volume 7 Número 2 jul/dez 1999.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

_____. **A fonte não quis revelar**: um estudo sobre a produção das notícias. 2002. Tese de Doutoramento apresentado à Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

_____. **Jornalistas e fontes de informação**: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2003.

SCHALL, V.; MODENA, C. M. As novas tecnologias de informação e comunicação em educação em saúde. In MINAYO, M.C.; COIMBRA Jr., C.E.A. (Org), **Críticas e Atuantes**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

SCHLESINGER, Philip. **Putting 'reality' together**. Londres e Nova Iorque: Methuen, 1978.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

ANEXOS